

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO



The World Bank

Governo da Bahia

SEINFRA – Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia

**PLANO PARA OS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES
QUILOMBOLAS DA RODOVIA BA 210 / TRECHO: BR110
(P/ PAULO AFONSO) / ACESSO BARRAGEM DE
ITAPARICA /RODELAS / BARRA DO TARRACHIL /
ABARÉ / BR 116 (ACESSO IBÓ) / CURAÇÁ/ JUAZEIRO**

Nome do Projeto: Programa de Restauração e Manutenção de
Rodovias do Estado da Bahia – PREMAR 2

Projeto: BIRD – P147272

SALVADOR, JUNHO/2017

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROGRAMA DE RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS - PREMAR 2, IMPACTOS E COMUNIDADES ENVOLVIDAS NESTE PLANO ..	4
2.1 COMPONENTES DO PROGRAMA	4
2.2 IMPACTOS DAS OBRAS CREMA NOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADE QUILOMBOLA PRESENTES NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO PROGRAMA	5
2.3. RODOVIAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DESTE PLANO	6
3. OBJETIVOS DO PLANO	10
4. RESPONSÁVEIS INSTITUCIONAIS DO PLANO	10
5. MARCO JURÍDICO	11
6. RESUMO DA AVALIAÇÃO SOCIAL E CONSULTAS DESTE PLANO	13
6.1 POVOS INDÍGENAS.....	14
6.2. COMUNIDADE QUILOMBOLA.....	16
6.3. PRINCIPAIS RESULTADOS DAS CONSULTAS IN LOCO	17
7. CONTEÚDO DO PLANO: OBRAS E ATIVIDADES	19
8. SISTEMA DE GESTAO DE INFORMACOES E RECLAMAÇÕES	24
9. ATIVIDADES / RECURSOS HUMANOS / RECURSOS MATERIAIS	27
10. MONITORAMENTO DAS ETAPAS DO PLANO	29
11. AVALIAÇÃO DO PLANO	33
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
13. ANEXOS	36
13.1 - ORÇAMENTO - QUADRO 3 - ATIVIDADES E OBRAS DE SEGURANÇA SOB RESPONSABILIDADE DA CONSTRUTORA	36
13.2 QUADRO DE REPRESENTANTES E TELEFONES DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADE QUILOMBOLA	39
13.3 AVALIAÇÃO SOCIAL DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS	41

1. INTRODUÇÃO

O presente Plano para Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas - PPIQ é elaborado dentro do marco do 2º Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia – PREMAR 2, através do acordo de empréstimo com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que o Estado da Bahia assinou, e que está negociando um empréstimo complementar com o Banco Europeu de Investimento (BEI). A Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA é a responsável pelo acompanhamento e execução das obras.

O PPIQ foi elaborado conforme o **Marco de Desenvolvimento para Povos Indígenas e Comunidade Quilombola**, parte da **Avaliação de Impacto Socioambiental** – AISA do Projeto, resultante da combinação da legislação brasileira (Federal e do Estado da Bahia) atinente aos povos indígenas e quilombolas e à política operacional de povos indígenas (OP/BP 4.10) do BIRD.

A Política Operacional (OP/BP 4.10) conceitua essas comunidades tradicionais como: povos indígenas são organizações sociais cuja identidade e culturas estejam “intrinsecamente ligadas à terra onde vivem e aos recursos naturais dos quais dependem”. Neste aspecto, povos indígenas podem ser chamados de “minorias étnicas indígenas”, “aborígenes”, “tribos da montanha”, “nações minoritárias”, “tribos listadas”, ou “grupos tribais”.

Para a finalidade desta política, o termo “Povos Indígenas” será usado de forma genérica para se referir a um grupo distinto, vulnerável, social e cultural que possua as seguintes características em diferentes graus:

- a) Auto-identificação como membros de um grupo cultural indígenas distinto, sendo que os outros reconhecem esta identidade;
- b) Ligação coletiva a habitat geograficamente distinto ou a território ancestral na área do projeto e a recursos naturais neste habitat e território;
- c) Instituições culturais, econômicas, sociais ou políticas tradicionais separadas da sociedade e cultura dominante; e
- d) Um idioma indígena, muitas vezes diferente do idioma oficial do país ou região.

Este PPIQ aplica-se às obras do Grupo I do Núcleo A (Rodovia BA 210; Trecho BR 110 / Paulo Afonso / Acesso Barragem Itaparica / Rodelas / Barra do Tarrachil / Abaré / BR 116 (Acesso Ibó) / Curaçá / Juazeiro, abrangendo as comunidades indígenas situadas na Área Diretamente Afetada (ADA) e na Área de Influência Direta (AID) da Rodovia BA 210. A ADA, como indicado na AISA, é a área localizada na faixa de domínio das rodovias; a AID, abrange as comunidades que se encontram num raio de 10 km de cada lado da rodovia. O Plano contempla 19 povos indígenas, sendo 11 na ADA e

18 na AID. Vale destacar que algumas comunidades estão inseridas concomitantemente na ADA e AID, e apenas 1 (uma) comunidade quilombola situada na AID.

O documento contém a descrição do Programa PREMAR 2, das obras e os seus possíveis impactos sobre os povos indígenas e a comunidade Quilombola e os seguintes itens: Objetivo do Plano, Responsáveis Institucionais do Plano, Marco Jurídico, Resumo da Avaliação Social e Consultas Documentadas na ADA e Avaliação Social dos Povos Indígenas e das Comunidades Quilombolas inseridas na AID, Atividades e Obras de Segurança e proteção de comunidades a cargo da Construtora, Atividades da Coordenação do PPIQ e fiscalização do cumprimento das especificações sociais das ETAS dos contratos de obra a cargo da SEINFRA / Coordenação de Meio Ambiente, Período de Execução e Responsável, Conteúdo do Plano: Obras e Atividades, Sistema de Gestão de Informações e Reclamações, Custo Estimado e Orçamento do PPIQ, Monitoramento das Etapas do Plano, Avaliação do Plano, Referências Bibliográficas e Anexos.

2. PROGRAMA DE RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS - PREMAR 2, IMPACTOS E COMUNIDADES ENVOLVIDAS NESTE PLANO

O Presente PPIQ corresponde ao PREMAR 2 e é constituído de cinco componentes que serão descritos abaixo, ressaltando-se que o PPIQ aplica-se aos componentes 2 e 3, trechos do Grupo I do Núcleo A (Rodovia BA 210; Trecho BR 110 / Paulo Afonso / Acesso Barragem Itaparica / Rodelas / Barra do Tarrachil / Abaré / BR 116 (Acesso Ibó) / Curaçá / Juazeiro.

2.1 COMPONENTES DO PROGRAMA

O Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias - PREMAR 2 será desenvolvido por meio de cinco componentes:

- **Componente 1 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL:** Este componente financiará serviços de consultoria para o fortalecimento institucional da SEINFRA/SIT para estudos, treinamentos, pesquisas relacionadas à eficiência da administração rodoviária.
- **Componente 2 – REABILITAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS - CREMA:** Este componente incluirá a pavimentação das seções da malha estadual englobando trechos de rodovias situadas no Sertão, na região Oeste, no Centro Baiano e no Litoral, com aproximadamente 4.400 km. As obras de reabilitação incluirão a execução de um pavimento asfáltico, de um sistema de drenagem e dos equipamentos de sinalização adequados. As rodovias contempladas neste componente já estão implantadas.

- **Componente 3 - OBRAS DE MELHORIA DE VICINAIS:** Propõe-se a melhoria das estradas vicinais por meio de ações que garantam a trafegabilidade durante todo o ano. O componente contempla a dimensão de acessibilidade se propondo a eliminar pontos críticos em estradas vicinais de 98 municípios, permitindo o deslocamento das populações rurais no período de chuvas. As obras contemplarão a substituição de pontes de madeira por pontes de concreto, instalação e recuperação de bueiros, drenagem longitudinal, encascalhamento de rampa e passagens molhadas.
- **Componente 4 - SEGURANÇA VIÁRIA:** As atividades de fortalecimento institucionais para a segurança viária incluem: (i) definição da estratégia de segurança rodoviária do Estado; (ii) formação e capacitação em segurança rodoviária; (iii) a criação de um banco de dados de acidente de trânsito do Estado; e (iv) apoio a criação de uma agência de segurança rodoviária da Bahia.
- **Componente 5 – GESTÃO DO PROJETO:** Objetivo de apoiar a gestão e coordenação do projeto, através de suporte financeiro à Unidade de Coordenação do Projeto - UCP e às diversas unidades responsáveis pela implantação do Programa.

2.2 IMPACTOS DAS OBRAS CREMA NOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADE QUILOMBOLA PRESENTES NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO PROGRAMA

Na Avaliação dos Impactos Socioambientais – AISA realizada durante a preparação do Programa, base do Marco de Desenvolvimento para Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas no qual se baseia o presente PPIQ, evidencia-se que a convivência destas comunidades tradicionais com as rodovias do Programa ocorreu desde a implantação das mesmas, e entende-se que as obras de restauração facilitarão o acesso dessas populações a bens e serviços.

Considera-se que os impactos negativos são de baixa significância, pois as rodovias já se encontram implantadas e as obras de restauração ocorrerão apenas na faixa de domínio (ADA). Os impactos negativos identificados são muito semelhantes em todos os trechos estudados e estão associados à restauração e à conservação e incluem instalação e operação de alojamentos e canteiros de obras; operação de máquinas e equipamentos, incluindo usinas de asfalto e solo; desmatamento e limpeza do terreno; abertura de caminhos de serviços; terraplenagem, empréstimos e bota-foras; exploração de materiais de construção; drenagem e obras de arte correntes.

Com relação aos impactos negativos citados, as ações de mobilização e participação de povos indígenas e comunidades quilombolas têm a finalidade de evitá-los ou mitigá-los. As atividades produtivas e de caráter desenvolvimentista significam, em grande parte, uma descontinuidade e interferência no modo de vida e na estrutura das comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas). Observando a sinergia entre os impactos possíveis de serem provocados pelo Programa com os povos indígenas e comunidade quilombola interceptadas e os impactos gerados por outros já existentes na região, fica evidente que poderá haver uma alteração na dinâmica econômica e social desse contexto regional através do aumento do fluxo de pessoas, veículos, influenciando a intensificação da exploração ou surgimento de novos empreendimentos econômicos.

Assim, diante do cenário existente, somado aos prováveis impactos gerados pelo PREMAR 2, apontados na avaliação social na etapa de preparação do Programa que verificou de maneira geral os mecanismos de prevenção, mitigação ou compensação dos efeitos dos possíveis impactos negativos, durante as obras e durante sua operação, e a maximização dos impactos positivos.

A avaliação social para elaborar o presente PPIQ evidenciou oportunidades de incluir as comunidades tradicionais nos benefícios do Projeto, particularmente aqueles que têm relação com as obras para as estradas vicinais, como explicado nos capítulos seguintes.

2.3. RODOVIAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DESTE PLANO

Povos Indígenas

Segue abaixo, quadro com a identificação dos povos indígenas localizadas nas áreas diretamente afetada (ADA) e influência direta (AID) das rodovias das rodovias BA 210 cujas restauração e manutenção serão executadas pelo PREMAR 2,

Quadro 01. Povos Indígenas Situados na ADA e na AID do Grupo I - Núcleo A

Município	Rodovia	Início Trecho	Fim Trecho	Povos Indígenas			
				Nome	ADA	AID	Situação da terra
Glória	BA 210	BR 116	Paulo Afonso	1. Kantaruré – Aldeia Batida	-----	X	PTR
				2. Kantaruré – Aldeia Baixa de Pedras	-----	X	PTR
Glória	BA 210	Paulo Afonso	Ac. Barragem Itaparica	3. Quixaba		X	PTR
Glória	BA 210	Ac. Barragem Itaparica	Rodelas	4. Kantaruré		X	NPTR
Glória	BA 210	Ac. Barragem	Rodelas	5. Pankararé	-----	X	NPTR

Município	Rodovia	Início Trecho	Fim Trecho	Povos Indígenas			
				Nome	ADA	AID	Situação da terra
		Itaparica					
Rodelas	BA 210	Ac. Barragem Itaparica	Rodelas	6. Nova Pankararé	X	X	NPTR
Rodelas	BA 210	Ac. Barragem Itaparica	Rodelas	7. Tuxá	X		NPTR
				8. Associação Indígena NeoPankararé Baixa do Penedo	X	X	NPTR
				9. Grupo Indígena Tuxá Apako	X	X	NPTR
				10. Aldeia Atikum – Nova Aliança	X	X	NPTR
				11. Aldeia Nova Atikum	X	X	NPTR
				12. Comunidade Indígena Kambiwa Filha	X	X	NPTR
				13. Aldeia Indígena Kambiwa Reviver	X	X	NPTR
				14. Comunidade Atikum Nova Esperança		X	NPTR
Rodelas	BA 210	Paulo Afonso	Rodelas	15. Atikum Nova Vida	X	X	NPTR
Rodelas	BA 210	Rodelas	Barra do Tarrachil	16. Atikum Bento Um		X	NPTR
Curaçá	BA 210	Abaré	BR 116 (Ac. Ibó)	17. Tumbalalá – Missão Velha	X	X	FHPR
Abaré	BA 210	Abaré	BR 116 (Ac. Ibó)	18. Tumbalalá – Pambu	X	X	FHPR
Sobradinho	BA 210	Juazeiro	Sento Sé	19. Truká	-----	X	NPTR

* PTR – possui terra regularizada

** NPTR – não possui terra regularizada

*** FHPR – falta homologação do Presidente da República

- Terras regularizadas: são as terras reconhecidas como de propriedade indígena.
- Terras não regularizadas: são as terras ocupadas por povos indígenas mas que pertencem a terceiros.
- Sem terras regularizadas: O PPIQ abrange as comunidades independentemente da situação da terra em que elas se encontram para as obras e atividades que não são benfeitorias e que se realizarão fora dos territórios onde se encontram estas comunidades. Para o grupo de obras que seriam dentro dos territórios e que não estão regularizados, se continuará trabalhando com a FUNAI para encontrar a maneira mais adequada de abordá-las. Ver mais no capítulo 6, conteúdo do presente PPIQ.

Quadro 02. Comunidade Quilombola Situada na AID do Grupo I – Núcleo A

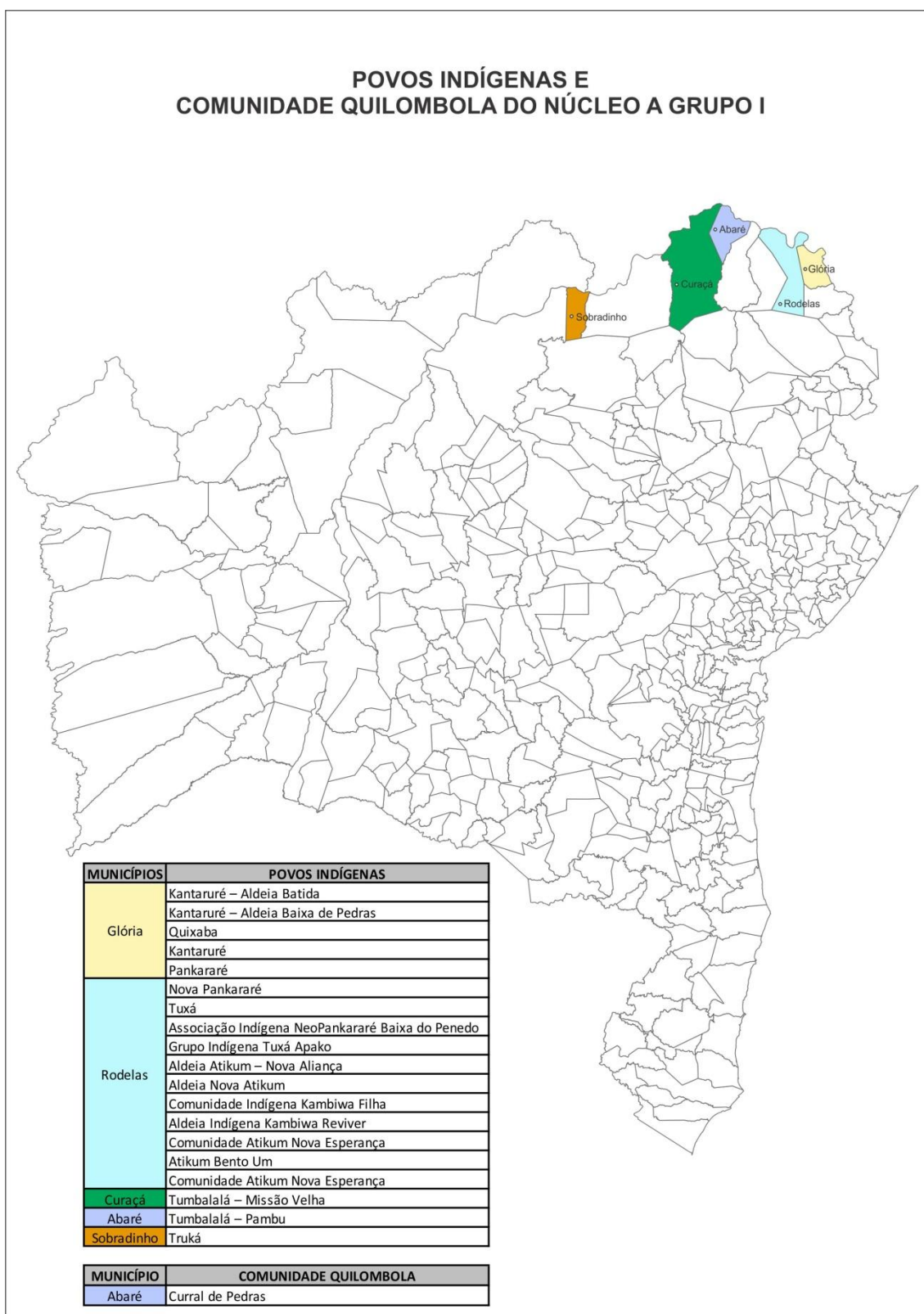
Municípios	Rodovia	Início do Trecho	Fim do Trecho	Comunidades Quilombolas				
				Nome	Certificada	Não Certificada	Titulada	AID
Abaré	BA 210	Rodelas	BR	Curral	X	-----	-----	X

			116 (Ac. Ibó)	de Pedra				
--	--	--	---------------------	-------------	--	--	--	--

- **Certificadas:** São comunidades que possuem certidão de reconhecimento expedida pela Fundação Cultural Palmares.
 - **Não Certificada:** São comunidades que estão em processo de certificação (processos abertos em análise técnica ou aguardando visita técnica).
- Tituladas:** Comunidades que possuem títulos de propriedades coletiva expedida pelo INCRA.

O mapa apresentado abaixo mostra a distribuição das Comunidades Tradicionais que se encontram nas áreas de influência do Programa.

Figura 1 – Mapa das Comunidades Tradicionais do Núcleo A Grupo I



3. OBJETIVOS DO PLANO

O PPIQ tem por objetivos:

(i) evitar, prevenir e mitigar os impactos socioambientais negativos temporais próprios de obras de recuperação e conservação de rodovias nas comunidades indígenas e quilombola que se encontram presentes nas áreas diretamente afetada e de influência direta dos subprojetos de obras;

(ii) contribuir com a integridade territorial, social e cultural das comunidades tradicionais; e

(iii) incluir estas comunidades nos benefícios do Projeto quando possível.

4. RESPONSÁVEIS INSTITUCIONAIS DO PLANO

Para a execução, acompanhamento e supervisão do Plano, as responsabilidades institucionais são as seguintes:

- **SEINFRA - A Secretaria de Infraestrutura, através da Coordenação de Meio Ambiente (CMAM)** - A Secretaria realizou a avaliação social, incluindo as consultas com os povos indígenas e comunidades quilombolas e elaborou o presente Plano, também será responsável pela condução do mesmo e executará algumas atividades e monitorará as atividades que estarão a cargo das Empresas Construtoras e da Supervisão Socioambiental.
- **Empresas Construtoras** - executará as atividades incluídas nas ETAS, conforme este Plano. Caso as empresas construtoras identifiquem outras comunidades tradicionais durante a execução das obras inseridas na ADA e AID deverão realizar um cadastro de identificação e posteriormente enviar para a SEINFRA / CMAM para sua avaliação e definição de próximos passos.
- **Empresa de Supervisão socioambiental dos contratos de obras** - fará a verificação do cumprimento das ETAS/PPIQ a cargo das empresas construtoras.
- **FUNAI – Fundação Nacional do Índio.** Acompanhar as ações do plano, com a missão institucional de proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil (Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967). As Coordenações Regionais foram responsáveis em encaminhar a lista dos contatos dos Caciques e Representantes de cada território indígena. Os representantes da FUNAI participarão de todas as ações a serem desenvolvidas com as comunidades indígenas deste PPIQ.
- **SESAI - Secretaria Especial da Saúde Indígena** – responsável por coordenar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. A CMAM irá fazer contato com esta Secretaria, visando viabilizar espaço para reuniões e diálogos

socioambientais no Posto de Saúde indígena, previstos no quadro de atividades do Plano.

- **Fundação Cultural Palmares / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)** – responsável pela articulação (com as lideranças quilombolas visando à realização das atividades previstas no Plano). Estes órgãos são responsáveis por encaminhar o nome e lista dos contatos dos representantes das Comunidades Quilombolas.
- **Prefeituras Municipais** - participa do planejamento e execução das atividades para os diálogos socioambientais e disponibiliza espaço físico para sua realização.

5. MARCO JURÍDICO

O Plano para Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas foi elaborado seguindo as previsões do Marco de Desenvolvimento para Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas, parte da Avaliação de Impacto Socioambiental – AISA do Projeto, resultante da combinação da legislação brasileira (federal e do estado da Bahia) atinente aos povos indígenas e quilombolas e a Política Operacional de Povos Indígenas do Banco Mundial.

A legislação vigente referente ao Plano para os Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas, estabelece que:

As Comunidades Tradicionais são definidas pelo Decreto Federal nº 6.040/2007 como aqueles “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

O marco legal atinente aos povos indígenas do estado da Bahia guarda estreita relação com os demais Estados do Brasil. Dentre as normas relevantes, destacam-se: A **Convenção no. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, promulgada pelo Decreto 5051, de 19 de abril de 2004, que reconhece a tendência natural dos povos indígenas de assumir o controle de suas próprias instituições com vista à preservação da sua identidade, ao desenvolvimento da sua economia, à manutenção da língua e religião, etc., e lembra a particular contribuição dos povos indígenas e tribais à diversidade cultural, à harmonia social e ecológica da humanidade e à cooperação e compreensão internacional:

“Pela Convenção 169/OIT os governos deverão: assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática; consultar os interessados, mediante procedimentos apropriados e,

particularmente, pelas suas instituições representativas, cada vez que sujam medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; estabelecer os meios pelos quais os povos interessados possam participar livremente, na mesma medida que outros segmentos da população, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que sejam concernentes; e estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos.”

A Lei 6001/73 – Estatuto do Índio – regula a situação jurídica dos índios e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI foi criada através da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, tendo como missão institucional proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Este órgão tem como finalidade promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A FUNAI também coordena e implementa as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados e também tem o papel de promover políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas.

Ações com os Povos Indígenas e situação da terra que ocupam.

A informação proporcionada pela Coordenação Regional do Baixo São Francisco – Paulo Afonso sobre as possíveis ações a serem desenvolvidas nos povos indígenas é que elas deverão ter anuência destas comunidades e subscrição da FUNAI através desta Coordenação Regional. Outro ponto colocado pela FUNAI, é que a maioria das terras das áreas de influência da BA 210, onde se encontram comunidades indígenas, não estão regularizadas e que desse modo não é possível, a construção de benfeitorias nesses locais. Está-se a espera da legislação que sustenta esta informação.

A Constituição de 1988 constitui um marco legal primordial no reconhecimento de direitos às comunidades remanescentes de quilombos. O Decreto 4.883 de 20 de novembro de 2003 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em seu art. 68, trata especificamente da questão, ao dispor: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Embora tal dispositivo seja o mais relevante, quando se trata dos direitos das comunidades quilombolas, outros dispositivos constitucionais merecem destaque.

A Constituição da República, em seus arts. 215 e 216, igualmente contempla direitos relacionados a tais comunidades descendentes de afrobrasileiros, estabelecendo que o Estado protegerá as suas manifestações culturais e, em especial, no art. 216, § 5º,

afirmando que ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos.

O Decreto nº. 4.887/03 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Instrução Normativa n.º 49 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

A Portaria n.º 98 da Fundação Cultural Palmares no Art. 1º institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03.

6. RESUMO DA AVALIAÇÃO SOCIAL E CONSULTAS DESTE PLANO

A avaliação social dos 19 (dezenove) povos indígenas e 1 (uma) comunidade quilombola que são parte deste PPIQ foi realizada através de levantamento de dados secundários em escritório e em contato com líderes e as consultas, in loco .

As consultas incluíram também a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Fundação Cultural Palmares e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

A análise em escritório abrangeu a revisão da AISA realizada na preparação do PREMAR 2, e relevar informação sobre os seguintes 6 pontos:

- a. Tamanho e composição da comunidade
- b. Situação das terras
- c. Atividade econômica
- d. Uso e relação positiva e/ou negativa com a rodovia
- e. Possíveis impactos durante e após as obras
- f. Consulta com o objetivo de proporcionar informação sobre o projeto e conhecer sobre aceitação ou não das obras

A respeito das consultas, diferenciou-se o escopo de fontes segundo as comunidades que estivessem na ADA ou AID da estrada, como segue:

Visto que inicialmente – a partir da AISA do PREMAR 2, havia a informação de que só os povos Tuxá e Tumbalalá estavam localizados na ADA do grupo dos trechos da BA 210 que formam parte deste PPIQ, e que, devido à sua localização, poderiam ser impactados mais diretamente pelo PREMAR 2, priorizou-se fazer a parte da consulta das avaliações sociais *in loco* com estas comunidades. Ressalta-se que o povo Tumbalalá está constituído por duas aldeias, Pambu e Missão Velha, portanto foram aplicadas 3 (três) avaliações sociais e 2 (duas) consultas.

Assim, para os Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas situados na AID, no entendimento que os benefícios das obras de restauração e manutenção da rodovia e impactos positivos e negativos são muito mais indiretos, nesta etapa, parte das consultas da avaliação social com elas foram direcionadas através das lideranças indígenas e quilombolas com quem se manteve contatos telefônicos estruturados para cobrir os 6 citados pontos para as consultas.

Nota-se que as consultas continuarão durante a implementação deste PPIQ, seja durante os diálogos socioambientais e interculturais, seja nas consultas para as obras para as estradas vicinais, como explicado mais adiante.

O resumo dos principais resultados da avaliação social – que se encontra disponível no site da SEINFRA - é o seguinte:

6.1 POVOS INDÍGENAS

Pontos positivos

A maior parte dos povos mencionou que as obras de restauração e manutenção não irão interferir na vida da comunidade.

No que se refere à relação da comunidade com a rodovia, foi informado que eles utilizam a rodovia para se deslocarem para a sede do município e para outros municípios vizinhos com a finalidade de terem acesso a serviços saúde, educação, bancários e para comercialização de produtos agrícolas produzidos nas comunidades, dentre outros.

As comunidades que foram consultadas e submetidas à avaliação social compreendem que o Programa será um benefício, destacando: melhoria de acesso na trafegabilidade e redução de tempo no deslocamento para as cidades vizinhas e segurança viária.

Pontos negativos

Na AID apenas o povo indígena Kantaruré – Aldeia Batida e Aldeia Baixa de Pedra situados no município de Glória e Pankararé no município de Rodelas mencionaram que

as obras de recuperação e manutenção poderão interferir no deslocamento das comunidades durante o período de obras.

O Povo Tumbalalá (Aldeia Pambu) mencionou como aspecto negativo o acesso de pessoas estranhas no território no período de obras.

Demandas

O Povo Indígena Tumbalalá – Missão Velha mencionou a necessidade de estradas de acesso à rodovia BA 210. Na oportunidade apresentaram ofício nº.88/2013 que foi enviado para a Secretaria de Infraestrutura, solicitando a manutenção de 40 km de estradas que necessitam de 10 passagens molhadas e terraplanagens para ligar a comunidade de Pedra Branca à BR 116, cascalhamento em 03 km de estradas que dão acesso à casa de farinha comunitária e terraplanagem da estrada que liga os municípios de Abaré a Curaçá.

Ações

Sobre as interferências que poderão ocorrer no período de obras, estas serão esclarecidas nos diálogos com as comunidades sobre o PREMAR 2, dando ênfase ao Componente 2 - Restauração e Manutenção de Rodovias Estaduais - CREMA- e ao Componente 4 -Segurança Viária.

Com relação à solicitação do Povo Indígena Tumbalalá verificou-se que esta demanda corresponde ao acesso da comunidade a uma rodovia federal e não ao acesso a BA 210 (rodovia estadual), portanto não faz parte do escopo do programa – PREMAR 2.

Nos diálogos socioambientais com os funcionários do quadro da Empresa Construtora serão trabalhadas as especificidades da cultura indígena.

Outros pontos observados

Foi observado que a maioria dos territórios indígenas possui postos de saúde com atendimento médico e odontológico e escolas municipais de ensino médio e fundamental.

A agricultura, piscicultura e a agropecuária foram as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos povos indígenas. A grande maioria faz o plantio para sua própria subsistência e também para comercializar. Vale ressaltar que outras atividades também são desenvolvidas tais como artesanato e serviço braçal.

Com relação aos povos indígenas situados na AID, verificou-se que os resíduos sólidos produzidos pelas comunidades são jogados em terrenos baldios ou queimados. Também foi observado a inexistência de saneamento básico. Na grande maioria dos povos consultados, constatou-se que estes utilizam água bruta, ou seja, água sem

tratamento. Apenas o povo indígena Pankararé apresentou na avaliação utilizar serviços de abastecimento de água através da SESAI – Serviço Especial de Saúde Indígena. Ainda sobre os povos situados na AID, todos os representantes informaram que a maioria dos povos indígenas recebe o benefício do Governo Federal, como o Bolsa Família e aposentadoria.

6.2. COMUNIDADE QUILOMBOLA

A avaliação social foi realizada na Comunidade Curral de Pedra, possuindo 76 (setenta e seis) famílias e, no entorno da comunidade, mais 26 (vinte e seis) famílias situadas na AID, grupo I, núcleo A. Esta avaliação social foi realizada no escritório e através da conversação que se manteve com o representante desta comunidade.

O número do telefone foi informado através da Fundação Cultural Palmares e do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária - INCRA. Os resultados da avaliação estão descritas a seguir.

Pontos positivos

O representante da Comunidade Quilombola mencionou que eles utilizam a rodovia BA 210 para ir ao município de Abaré, e, com mais frequência, a BR 116 para ir ao Distrito de Ibó, com a finalidade de fazer compras e acesso à escola. No período de execução das obras, não haverá interferência na vida desta comunidade, uma vez que a rodovia BA 210 fica a 09 Km de distância da mesma.

Pontos negativos

A comunidade não apresentou pontos negativos pertinentes ao empreendimento. Sobre resíduos sólidos produzidos pela comunidade, foi apresentado que os mesmos são jogados em terrenos baldios ou são queimados.

Demandas

As demandas apresentadas pela comunidade tais como destinação inadequada de resíduos sólidos não estão relacionadas com os objetivos e componentes do PREMAR 2.

Ações

A temática referente a queimadas e resíduos sólidos jogados em terrenos baldios será trabalhada nos diálogos a serem realizados nas escolas e comunidades, assim como outros temas relacionados às questões ambientais.

Outros pontos observados

No que se refere ao serviço de saúde, a comunidade quilombola citou a necessidade de deslocamento para a unidade de saúde do Povoado de Umbuzeiros. Neste Núcleo, existe uma escola municipal de ensino fundamental que não está funcionando, por isso os estudantes precisam se deslocar para o distrito de Ibó.

As atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade são a criação de caprino, ovino, a agricultura de subsistência e também a comercialização dos produtos produzidos (cebola, abóbora, milho, feijão, dentre outros). O representante informou que a maioria das famílias recebe os benefícios do Bolsa Família, do Programa Nacional de Habitação Rural e alimentos da Companhia Nacional de Alimentação de Abastecimento – CONAB.

A comunidade quilombola Curral de Pedra não possui Sistema de Esgotamento Sanitário, apenas Sistema de Abastecimento de Água pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S. A. – EMBASA. Os resíduos sólidos produzidos pelas comunidades são jogados em terrenos baldios ou queimados, não há serviço de coleta.

O representante informou que as terras não possuem processo de regularização fundiária aberto junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, porém sinalizou que a comunidade é certificada.

6.3. PRINCIPAIS RESULTADOS DAS CONSULTAS IN LOCO

As consultas foram realizadas com os caciques e representantes dos Povos Tuxá e Tumbalalá, que fazem uso da rodovia BA 210.

O Povo Tuxá utiliza a rodovia para ir para outros municípios, visando ter acesso a serviços bancários e de saúde e também para o deslocamento de funcionários estaduais e federais aos seus serviços. Durante a visita, foi constatado que a comunidade Tuxá encontra-se no perímetro urbano do município de Rodelas, corrigindo portanto a informação contida na AISA que considera que este povo está localizado na Área Diretamente Afetada - ADA.

Pontos positivos

O Povo Tuxá destacou a redução do tempo de deslocamento para a cidade de Paulo Afonso.

Pontos Negativos

Não foi relatado nenhum ponto negativo em relação às obras do PREMAR 2.

O Povo Tumbalalá – Aldeia Missão Velha mencionou que utiliza a rodovia BA 210 para o escoamento da agricultura e para ir para a sede do município na busca de serviços de saúde.

Já o **Povo Tumbalalá – Aldeia Pambu** utiliza A BA 210 para o deslocamento até a sede do município de Abaré e também para o município de Curaçá, visando os serviços de saúde, compras e o acesso ao trabalho. Conforme indicado na AISA, a Rodovia corta o Território Indígena Tumbalalá, na ADA.

Ressalta-se que não foi encontrado núcleo residencial indígena na faixa de domínio e que as Aldeias visitadas, Missão Velha e Pambu, estão a aproximadamente 9 km da rodovia, portanto corrigindo a informação contida na AISA.

Pontos Positivos

Com relação aos impactos positivos das obras, os povos indígenas das Aldeias Pambu e Missão Velha informaram que as obras proporcionarão melhoria de acesso da população à sede de Abaré e Curaçá além de outros municípios.

Pontos Negativos

Fazendo referência aos impactos negativos, a Aldeia Missão Velha destacou a dificuldade de acesso aos municípios e a Aldeia Pambu citou o acesso de pessoas estranhas ao território.

Conclusões Gerais

Durante as consultas, observou-se a aceitação do Programa PREMAR 2 pelos indígenas, quando consideram os aspectos positivos para a comunidade e para toda a região. Os mesmos mencionaram a redução no tempo de deslocamento para as cidades de Curaçá, Abaré, Rodelas e Paulo Afonso, facilitando o escoamento da produção e o acesso a serviços e atendimento à saúde.

Durante a visita de campo, os técnicos realizaram inspeção na Rodovia BA 210, trecho: Paulo Afonso até o Entr. BR 116 e verificaram a presença de 11 (onze) comunidades indígenas situadas na ADA: Associação Indígena Néo Pankararé Baixa do Penedo; Grupo Indígena Tuxá Apako; Aldeia Atikum – Nova Aliança; Aldeia Nova Atikum; Comunidade Indígena Kambiwa Filha, Kambiwa Reviver; Nova Pamkararé , Tuxá; Atikum Nova Vida; Tumbalalá Missão Velha e Tumbalalá Pambu.

Segundo a FUNAI (Coordenação Regional Baixo São Francisco - Paulo Afonso), nenhuma das comunidades encontradas na ADA durante a citada visita está localizada em terras ou territórios indígenas, e que as mesmas estão ocupando propriedades particulares. Algumas dessas áreas estão sendo ocupadas temporariamente, a exemplo

da Associação Indígena Neó Pankararé – Baixa do Penedo. Vale ressaltar que, de acordo com os princípios da Política Operacional de Povos Indígenas (OP/BP 4.10), estas comunidades foram incluídas neste PPIQ como explicado no ponto 2.3. **Rodovias e comunidades deste plano** anterior e **ponto 7, Conteúdo do Plano** seguinte.

7. CONTEÚDO DO PLANO: OBRAS E ATIVIDADES

O PPIQ contemplará três grupos de obras e atividades que serão desenvolvidas através da articulação, mobilização e participação dos povos indígenas e comunidade quilombola, situados nas ADA e AID da BA 210, como segue:

- a) Um primeiro grupo de obras de segurança e proteção de comunidades que se encontram na faixa de domínio (cerca, sinalização vertical e horizontal, entre outras) que se aplica às comunidades inseridas na ADA.
- b) O segundo, aquelas atividades que abrangem os diálogos socioambientais, interculturais e de segurança viária, que se aplica às comunidades inseridas na ADA e AID.
- c) O terceiro grupo fica a definir com a FUNAI, através de algum mecanismo tal como convênio ou outro similar que permita proteger e incluir as comunidades nos benefícios do Projeto sem considerar a propriedade da terra em que se encontram. Este grupo, constituído pelas intervenções do Componente 3 de Melhoria de Rodovias Vicinais do PREMAR 2 (substituição de pontes de madeira por pontes de concreto, instalação e recuperação de bueiros, drenagem longitudinal, encascalhamento de rampa e passagens molhadas), se encontra em separado e será acessado/disponibilizado às comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) da AID das rodovias do PREMAR 2 através do processo de Consultas Públicas que incluirão estas comunidades tradicionais na seleção de obras, previstas para o ano 2017.

O PPIQ será implementado tanto pela Empresa Construtora a cargo das obras na rodovia como pela SEINFRA, como detalhado nos quadros 3 e 4 seguintes. Para todos os casos, a SEINFRA garantirá o ingresso nas terras indígenas.

Quadro 03. Atividades e obras de segurança e proteção de Comunidades Tradicionais previstas nas Especificações Ambientais e Sociais (ETAS) do Contrato de Obras de responsabilidade da Construtora

Atividades e obras de segurança e proteção de Comunidades Tradicionais previstas nas Especificações Ambientais e Sociais (ETAS) do Contrato de Obras de responsabilidade da Construtora			
Atividades e obras do PPIQ	Período de Execução	Duração Estimativa	Número de atividades e obras

Atividades e obras de segurança e proteção de Comunidades Tradicionais previstas nas Especificações Ambientais e Sociais (ETAS) do Contrato de Obras de responsabilidade da Construtora			
1. Confeção, instalação e manutenção de placas de identificação das Comunidades Tradicionais.	Instalação antes do início das obras CREMA correspondente ao trecho onde se encontram as comunidades.	Período de duração das obras CREMA.	40 placas no total, sendo 1 placa por Comunidade Tradicional a ser implantada nos dois sentidos da rodovia.
2. Confeção e instalação de placas indicando o Mecanismos de Gestão de Informações e Reclamações para as Comunidades.	Instalação antes do início de obras correspondente ao trecho onde se encontram as comunidades	Período de duração das obras CREMA	Numa faixa de 30 km de execução de obra deverá ter 01 placa a cada 10 km em cada sentido da rodovia, que poderão ser removidas à medida que a obra avance.
3. Execução de obras de proteção e segurança das comunidades tradicionais inseridas na ADA: cerca, limpa rodas, sinalização, redutores de velocidade, paradas de ônibus disciplinadas, refúgio, etc.	Durante as obras correspondentes ao trecho.	Período de duração das obras de proteção e segurança das comunidades.	Implantação a ser indicada pela SEINFRA, pelo menos para 05 comunidades sobre a BA 210. Informação a ser completada durante a execução do projeto.
4. Estabelecimento e execução de medidas para comportamento adequadamente cultural dos funcionários e operários com as Comunidades Tradicionais (Treinamento em formação intercultural com os funcionários e operários visando informar o código de conduta com as medidas disciplinares.)	Antes do início de obras do trecho correspondente.	No início das obras, com duração de meio expediente	01 treinamento por cada grupo de operários, 01 código de conduta com medidas disciplinares. O código de Conduta a ser apresentado pela construtora deverá prever um item específico sobre as Comunidades Tradicionais.
5. Estabelecimento e execução de Mecanismo de Gestão de Informações e Reclamações, adequado culturalmente às Comunidades Tradicionais, no sítio das obras. O Mecanismo parte do Sistema de Gestão de Informações e Reclamações do Contrato e é vinculado ao Sistema de Gestão de Informações e Reclamações do Estado da Bahia e SEINFRA.	Antes do início de obras do trecho correspondente e por todo o período que durar as obras.	Período de duração das obras CREMA.	01 Mecanismo. A Empresa Construtora deverá apresentar dentro do Mecanismo de Gestão de Informação um item específico culturalmente adequado às Comunidades Tradicionais.

Atividades e obras de segurança e proteção de Comunidades Tradicionais previstas nas Especificações Ambientais e Sociais (ETAS) do Contrato de Obras de responsabilidade da Construtora			
6. Estabelecimento e execução de medidas culturalmente adequadas para evitar potencial exposição da comunidade a doenças (i.e. convênio com posto de saúde, vacinas dos operários – medidas dentro dos programas das ETAS: Condições de Emprego e Trabalho; Saúde e Segurança do Trabalho, Saúde e Segurança da Comunidade).	Antes do início de obras CREMA do trecho correspondente e por todo o período que durar as obras.	Período de duração das obras CREMA	Medidas a serem indicadas na proposta pela Construtora e aprovada pela SEINFRA.
7. Estabelecimento e execução de um mecanismo de articulação com as lideranças das Comunidades Tradicionais envolvidas para participação delas nas atividades e obras (i.e. reuniões periódicas durante as obras).	Antes do início de obras CREMA do trecho correspondente e por todo o período que durar as obras.	Período de duração das obras de proteção e segurança das comunidades.	Mecanismo a ser proposto pela construtora e aprovado pela SEINFRA
8. Impressão de folder e cartaz (PREMAR 2, segurança viária e canais de informações e reclamações)	Antes do início de obras.	15 dias	50 impressões de folder e 100 impressões cartazes - Papel A2
9. Realizar 20 visitas domiciliares com as lideranças indígenas e quilombola para entrega do folder e cartaz.	Antes do início de obras.	30 dias meses.	19 visitas para as lideranças indígenas e 01 para as lideranças quilombola.
10. Realizar 05 Diálogos Socioambientais, sobre Segurança Viária, com foco em sinalização e outros temas com as Comunidades Tradicionais. 03 diálogos com as Comunidades Tradicionais inseridas na ADA e 02 diálogos com as Comunidades tradicionais inseridas na AID .	Durante as obras.	No início e no meado da execução das obras.	05 Diálogos com a temática diferenciada de acordo com a localização/distância das Comunidades Tradicionais em relação à rodovia.
11. Cadastrar as comunidades indígenas e quilombolas que se encontrarem presentes na ADA e AID e que não foram identificadas neste PPIQ, e comunicar a	Durante as obras.	Período de duração das obras CREMA.	Cadastro a serem apresentados quando houver, pela construtora.

Atividades e obras de segurança e proteção de Comunidades Tradicionais previstas nas Especificações Ambientais e Sociais (ETAS) do Contrato de Obras de responsabilidade da Construtora

Supervisão Socioambiental e ao contratante que realizará a avaliação social e definirá as ações que deverão ser executadas.			
---	--	--	--

Detalhes das obras e atividades do Quadro 3

- a) Medidas para manter um comportamento adequado junto às comunidades: i.e. evitar linguagem inadequada, racista, falta de respeito pelos costumes locais, destruição de qualquer elemento que forme parte do patrimônio cultural dos povos, etc. Treinamento em formação intercultural, código de conduta, medidas disciplinares. As placas indicando o Mecanismo de Gestão de Informações e Reclamações terão linguagem culturalmente adequada. Serão afixados nas comunidades cartazes informativos sobre o Programa.
- b) Estabelecimento de medidas de manejo de risco da saúde e segurança da comunidade que poderiam ser causadas pelas atividades do projeto, equipamento, e infraestrutura. Serão realizadas sensibilizações para os operários da Construtora em reuniões visando o relacionamento amistoso e respeitoso com as Comunidades Tradicionais.
- c) Estabelecimento de medidas para evitar o potencial de exposição da comunidade a doenças transmitidas pela água, à base de água, relacionada com a água, transmitidas por vetores e transmissíveis (por exemplo, HIV, tuberculose e malária), que poderiam surgir em decorrência de atividades da obra. Serão realizadas sensibilizações para os operários da Construtora em reuniões visando o relacionamento amistoso e respeitoso com as Comunidades Tradicionais.
- d) Estabelecimento e execução de um mecanismo de articulação com as lideranças indígenas e quilombola para informar e discutir o andamento/evolução das atividades e obras, bem como receber reclamações, críticas e sugestões, de forma a evitar ou resolver conflitos; participar das questões relacionadas com as obras, por exemplo, lugar e distância apropriados do ponto de vista social de áreas para a abertura de trilhas, caminhos de serviço e entradas de acesso, empréstimo, canteiros de obras e acampamentos do povoado/aldeia, disposição de resíduos sólidos e efluentes líquidos, Estas questões serão tratadas no momento das reuniões com as lideranças.

- e) Diálogos socioambientais e interculturais com as comunidades indígenas e quilombola, abordando os temas: PREMAR 2; impactos socioambientais (descarte de resíduo sólido, queimadas, desmatamento, recursos hídricos, etc.); canais de informações e reclamações; questões de gênero, saúde e segurança viária.
- f) Vistorias mensais nos trechos para acompanhar o andamento, identificando possíveis não conformidades, propondo soluções e solicitando os ajustes necessários para que as obras sejam executadas em observância ao PPIQ.

Quadro 4. Atividades de coordenação do PPIQ e fiscalização do cumprimento das especificações sociais das ETAS dos contratos de obras a cargo da SEINFRA/Coordenação de Meio Ambiente

Atividades de coordenação do PPIQ e fiscalização das ETAS a cargo da SEINFRA/Coordenação de Meio Ambiente			
Atividades e obras do PPIQ	Período de Execução	Duração Estimativa	Número de atividades e obras
1-Estabelecer um sistema de coordenação com a FUNAI, com as Prefeituras Municipais e/ou Fundação Cultural Palmares, solicitando autorização e acompanhamento de um técnico para entrada nas terras indígenas e quilombolas	Antes e durante a execução das obras	02 anos	08 Pelo menos, 01 contato por liderança/comunidade 01 com a FUNAI, 01 com a Fundação Cultural Palmares e 05 contatos com as Prefeituras Municipais
2 - Realização de consultas in loco e avaliação social com povos indígenas e quilombola que não foram identificadas neste PPIQ.	Durante a execução das obras	02 anos	Caso a Empresa Construtora identifique outras comunidades durante a execução das obras
3 - Reunião com a Empresa Contratada e também com fiscais de obra, prestadores de serviço, etc., antes da emissão da ordem de serviço para repassar as especificações ambientais e sociais.	Antes do início das obras	02 horas	Pelo menos 03 reuniões por Empresa Construtora
4 - Reuniões de coordenação e monitoramento do cumprimento das ETAS com os órgãos envolvidos (FUNAI, Prefeituras).	No início da execução das obras.	01 hora	Pelo menos 02 reuniões por cada instituição

Atividades de coordenação do PPIQ e fiscalização das ETAS a cargo da SEINFRA/Coordenação de Meio Ambiente			
5 - Estabelecimento de um mecanismo de articulação e reuniões bimestrais com as lideranças indígenas e quilombola.	Durante a execução das obras.	01 hora	Pelo menos 02 reuniões por liderança
6 - Vistorias periódicas (bimestral nos trechos onde estão presentes as comunidades).	Durante a execução das obras.	03 horas	Esta atividade será concomitante à atividade de nº 05 deste quadro.
7 - Divulgação do terceiro grupo de atividades do PPIQ - a do Componente 3 de Melhoria de Rodovias Vicinais do PREMAR 2 (substituição de pontes de madeira por pontes de concreto, instalação e recuperação de bueiros, drenagem longitudinal, encascalhamento de rampa e passagens molhadas).	Será disponibilizado às comunidades através do processo de Consultas Públicas na seleção de obras, previstas para o ano 2017.	02 horas	Esta atividade será desenvolvida durante as Consultas Públicas do Componente 03 de Melhoria de Estradas Vicinais do PREMAR 2

Detalhes das obras e atividades do Quadro 4

- a) A SEINFRA/CMAM manterá contato, quando se fizer necessário, com a FUNAI, Fundação Palmares e Prefeituras Municipais buscando firmar parceria para o desenvolvimento das ações previstas neste PPIQ.
- b) Após identificação de outras Comunidades Tradicionais pela construtora, será realizada a avaliação social e consulta para estas comunidades.
- c) Serão realizadas reuniões na SEINFRA coordenadas pela CMAM, antes do início das obras, com as empresas contratadas.
- d) A CMAM realizará reuniões com os órgãos (FUNAI, Fundação Palmares e Prefeituras Municipais) no início das obras.
- e) A CMAM realizará reuniões nas comunidades com as lideranças indígenas e quilombolas.
- f) A divulgação do terceiro grupo de atividades do PPIQ será realizada diretamente junto às Comunidades Tradicionais existentes em cada trecho. Esta divulgação será devidamente documentada.

8. SISTEMA DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES E RECLAMAÇÕES

A gestão das solicitações de informação, retroalimentação (elogio, sugestão, etc.), reclamação e denúncia para as comunidades:

- a) Será um Mecanismo culturalmente adequado ao Sistema de Gestão de Informações e Reclamações do Contrato que também estará vinculado ao Sistema Institucional / PREMAR 2;
- b) O Mecanismo de Gestão de Informações e Reclamações para as Comunidades será divulgado em todas as placas descritas no quadro 3 do item 2 deste documento, bem como em cartazes e folders que serão afixados e distribuídos nas comunidades.
- c) As solicitações de informação e reclamação poderão ser feitas pelas comunidades de forma presencial no sítio de obras, por meio de telefone disponibilizado pela Construtora pelos seguintes meios de comunicação: Ouvidoria Geral do Estado da Bahia (0800 284 0011); ouvidoria da SEINFRA (71) 3115-2108 e (71) 3115-2285, Whatsapp (71) 99911-7631, Facebook/ouvidoriageraldabahia, Twitter: @ouvidoriageral, Correio eletrônico da Ouvidoria do Estado da Bahia e sítio web da SEINFRA www.infraestrutura.ba.gov.br,
- d) As solicitações serão analisadas e resolvidas de acordo com a sua natureza e complexidade, a saber: Construtora de obras e Supervisão Socioambiental, Ouvidoria Geral do Estado da Bahia e Ouvidoria SEINFRA.

Adicionalmente, todas as advertências públicas do Sistema de reclamações incluirão a publicação do Serviço de Atenção de Reclamações do Banco Mundial (GRS pelas suas siglas em inglês).

Os detalhes do Mecanismo de Gestão de Informações e Reclamações para as Comunidades e responsabilidades institucionais são os seguintes:

a) Construtora de Obras

A Construtora disponibilizará o Mecanismo culturalmente adequado do Sistema de Gestão de Informações e Reclamações gerais do Contrato para as comunidades no sítio das obras. Através de uma linha telefônica no canteiro de obras e de um Técnico Social, disponibilizará canais de comunicação de solicitações e reclamações.

As principais solicitações e reclamações que estarão a cargo da Construtora incluem as relacionadas aos riscos e impactos diretos das obras, conduta inapropriada com as comunidades, riscos da saúde e segurança da comunidade que poderiam ser causadas pelas atividades do projeto, equipamentos, e infraestrutura e potencial exposição da comunidade a doenças, conforme os seguintes exemplos:

- (i) **Obras, escolha de lugares e atividades relacionadas** – a localização do canteiro de obras e acampamentos deverão estar a uma distância que não

afete diretamente o povoado/aldeia, das áreas para a abertura de trilhas, caminhos de serviço e entradas de acesso, empréstimo, instalação, disposição de resíduos sólidos e efluentes líquidos, além das questões ambientais que serão definidas com os líderes das comunidades.

- (ii) **Comportamento inadequado de funcionários e operários junto às comunidades, a exemplo de:** linguagem inadequada, racismo, falta de respeito pelos costumes locais, destruição de qualquer elemento que forme parte do patrimônio cultural dos povos, etc.
- (iii) **Riscos da saúde e segurança da comunidade** - que poderão ser causadas pelas atividades e obras do PREMAR 2 (Restauração do pavimento, implantação de bueiro, sinalização, etc.) pelas máquinas (tratores de esteiras, rolo compactador, motoniveladora, etc.), infraestrutura (canteiro de obras, acampamento de operários, etc.).
- (iv) **Potencial de exposição da comunidade a doenças transmissíveis** - exemplo: HIV, tuberculose e malária, que poderia resultar de atividades do Programa.
- (v) Outros

b) Supervisão Socioambiental

A Supervisora receberá a planilha de registro e monitoramento dos casos a cargo da Construtora. Quando as manifestações forem resolvidas, estas serão encaminhadas, juntamente com a documentação da obra, à SEINFRA para arquivamento. A Supervisora fará o acompanhamento para a resolução dos casos que não forem solucionados nos prazos previstos e manterá informado o requerente. A lista de manifestações formará parte dos relatórios bimestrais da Supervisão Socioambiental.

c) Ouvidoria SEINFRA

As manifestações não resolvidas pela Construtora, ou fora da área de abrangência desta, estarão a cargo da SEINFRA.

A Ouvidoria Geral do Estado é responsável por encaminhar diariamente as manifestações para a SEINFRA, através do Sistema Eletrônico. A Ouvidoria da SEINFRA enviará a manifestação para a Superintendência competente. A Superintendência responde com brevidade através de ofício ou e-mail para a Ouvidoria da SEINFRA. A Ouvidoria da SEINFRA responde para o manifestante por telefone ou e-mail no prazo de até 15 dias, conforme estabelece a Lei Estadual de acesso a informação de nº. 12.618/12.

d) SEINFRA/CMAM

A Coordenação de Meio Ambiente da SEINFRA será responsável pelo registro sistemático diário da entrada da solicitação/reclamação na área socioambiental e da data

da resposta ou derivação a outra instância e fará o acompanhamento necessário para a sua resolução, mantendo informado o requerente. Esta planilha será sistematicamente arquivada juntamente com a documentação do Contrato de obra e as planilhas que provenham da Construtora de Obras e Supervisão Socioambiental.

Responsabilidades institucionais:

Empresa Construtora - ficará responsável pela recepção, registro das ocorrências, encaminhamento e resolução destas. A Construtora semanalmente encaminhará a planilha de registros das ocorrências e soluções à Supervisão Socioambiental. Cabe também à Construtora as execuções de intervenções físicas. As resoluções dos impactos socioambientais serão de responsabilidade da Supervisora.

SEINFRA/SIT/CMAM - será responsável pelo acompanhamento das ouvidorias através dos relatórios e responderá civilmente pelas ocorrências.

9. ATIVIDADES / RECURSOS HUMANOS / RECURSOS MATERIAIS

Os custos que correspondem às obras e atividades do PPIQ que estarão a cargo da Construtora de Obras serão apresentados por elas no momento da proposta, conforme Orçamento anexo.

No orçamento anexo, consta planilha com os valores referentes aos recursos materiais e humanos.

Quadro 05. Atividades / Recursos Humanos / Materiais.

Número	Atividade/Produto	Recursos	
		Recursos Humanos	Recursos Materiais
1.	Confecção, instalação e manutenção de placas de identificação das Comunidades Tradicionais;	- Não será contabilizado	Placas
2.	Confecção e instalação de placas indicando o Mecanismos de Gestão de Informações e Reclamações para as Comunidades	- Não será contabilizado	Placas
3.	Execução de obras de proteção e segurança das comunidades tradicionais inseridas na ADA: cerca; limpa	Não contabilizado (Esses serviços já constam no projeto de restauração das rodovias,	Não contabilizado

	rodas, sinalização, redutores de velocidade, paradas de ônibus disciplinadas, refúgio, etc.	sendo responsabilidade das Construtoras	
4.	Treinamento com os funcionários e operários visando informar o código de conduta com as medidas disciplinares.	- 01 profissional da área social e 01 ambientalista da Empresa Construtora	- Impressora, data show, tela de projeção, máquina fotográfica, materiais didáticos (caneta, papel ofício, cartolina, tesoura, cola, fita crepe e lanche)
5.	Estabelecimento e execução de Mecanismo de Gestão de Informações e Reclamações adequado culturalmente às Comunidades Tradicionais, no sítio das obras. Mecanismo parte do Sistema de Gestão de Informações e Reclamações do Contrato e vinculado ao Sistema de Gestão de Informações e Reclamações do Estado da Bahia e SEINFRA.	Não contabilizado (Meios de Comunicação do Estado e da SEINFRA)	Não Contabilizado
6.	Estabelecimento e execução de medidas culturalmente adequadas para evitar potencial exposição da comunidade a doenças (i.e. convênio com posto de saúde, vacinas dos operários – medidas dentro dos programas das ETAS: Condições de Emprego e Trabalho; Saúde e Segurança do Trabalho, Saúde e Segurança da Comunidade).	- Não contabilizado (serviço de ouvidoria com utilização da linha telefônica do Canteiro de Obras de responsabilidade da Construtora)	- Não Contabilizado
7.	Estabelecimento e execução de um mecanismo de articulação com as	- 01 profissional da área social, 01 motorista	- Veículo

	lideranças das Comunidades Tradicionais envolvidas para participação delas nas atividades e obras.		
8.	Impressão de folder e cartaz (PREMAR 2, segurança viária e canais de informações e reclamações)	Não contabilizado	- Folderes e cartazes
9.	Realizar 20 visitas domiciliares com as lideranças indígenas e quilombola para entrega do folder e cartaz.	- 01 profissional da área social e 01 motorista da Empresa Construtora	- Veículo
10.	Realizar 05 Diálogos Socioambientais, sobre Segurança Viária, com foco em sinalização e outros temas com as Comunidades Tradicionais. 03 diálogos com as Comunidades Tradicionais inseridas na ADA e 02 diálogos com as Comunidades tradicionais inseridas na AID .	- 01 profissional da área social, 01 profissional da área ambiental e 01 motorista da Empresa Construtora	-Veículo, notebook, impressora e datashow
11.	Cadastrar as comunidades indígenas e quilombola que se encontrarem presentes na ADA e AID e que não foram identificadas neste PPIQ, e comunicar a Supervisão Socioambiental e ao contratante que realizará a avaliação social e definirá as ações que deverão ser executada.	- 01 profissional da área da Empresa Construtora	- Não contabilizado

10. MONITORAMENTO DAS ETAPAS DO PLANO

O monitoramento do Plano para os Povos Indígenas e Comunidade Quilombola será realizado pela SEINFRA / Coordenação de Meio Ambiente – CMAM.

As atividades de monitoramento têm os seguintes objetivos:

- a) Verificar se as ações agendadas estão em execução e quando ocorrem distorções ou falhas, propor medidas corretivas.
- b) Identificar as dificuldades, obstáculos e oportunidades para a execução de ações, indicando estratégias oportunas para superá-los.
- c) Fornecer um quadro de transparência que permita a participação informada e oportuna das comunidades beneficiárias do PPIQ e outros atores interessados.

As atividades deverão ser monitoradas através de indicadores constando as ações e período de execução. Serão utilizados como base os seguintes instrumentos:

1. Diário de campo;
2. Relatório socioambiental apresentando registro fotográfico, lista de presenças e/ou declaração de atores envolvidos no processo como resultado da vistoria de campo.

Estes instrumentos evidenciam se as ações propostas estão sendo executadas conforme previsto e identificam as conformidades e não conformidades das atividades.

O relatório socioambiental de acompanhamento das ações será mensal e o monitoramento das ações deverá ser contínuo.

Quadro 6. Resumo dos Indicadores Quantitativos Referente aos Grupos de Atividades do Quadro 3

Ações	Indicador	Período de Execução	Evidências
1. Confecção, instalação e manutenção de placas de identificação das Comunidades Tradicionais.	40	02 anos	Relatório Socioambiental com registro fotográfico
2. Confecção e instalação de placas indicando o Mecanismos de Gestão de Informações e Reclamações para as Comunidades.	10	02 anos	Relatório Socioambiental com registro fotográfico
3. Execução de obras de proteção e segurança das comunidades tradicionais inseridas na ADA: cerca; limpa rodas,	A definir pela empresa construtora	02 anos	Relatório Socioambiental com registro fotográfico

Ações	Indicador	Período de Execução	Evidências
sinalização, redutores de velocidade, paradas de ônibus disciplinadas, refúgio, etc.			
4. Treinamento com os funcionários e operários visando informar o código de conduta com as medidas disciplinares.	01 treinamento por cada grupo de operário	02 anos	Relatório Socioambiental com registro fotográfico e lista de presença.
5. Estabelecimento e execução de Mecanismo de Gestão de Informações e Reclamações, adequado culturalmente às Comunidades Tradicionais, no sítio das obras. Mecanismo parte do Sistema de Gestão de Informações e Reclamações do Contrato e vinculado ao Sistema de Gestão de Informações e Reclamações do Estado da Bahia e SEINFRA.	Antes do início das obras do trecho correspondente e por todo período que durar as obras	02 anos	Diário de campo e Relatório Socioambiental
6. Estabelecimento e execução de medidas culturalmente adequadas para evitar potencial exposição da comunidade a doenças (i.e. convênio com posto de saúde, vacinas dos operários – medidas dentro dos programas das ETAS: Condições de Emprego e Trabalho; Saúde e Segurança do Trabalho, Saúde e Segurança da	05 diálogos socioambientais	01 ano	Relatório Socioambiental, com registro fotográfico e lista de presença.

Ações	Indicador	Período de Execução	Evidências
Comunidade).			
7. Estabelecimento e execução de um mecanismo de articulação com as lideranças das Comunidades Tradicionais envolvidas para participação delas nas atividades e obras.	20 contatos	02 anos	Relatório constando registro fotográfico e lista de presença.
8. Impressão de folder e cartaz (PREMAR 2, segurança viária e canais de informações e reclamações)..	50 impressões de folderes e 100 impressões de cartazes papel A2	15 dias	Nota fiscal da impressão
9. Realizar 20 visitas domiciliares com as lideranças indígenas e quilombola para entrega do folder e cartaz.	20 visitas	30 dias	Relatório Socioambiental com registro fotográfico e protocolo de recebimento de folder e cartaz
10. Realizar 05 Diálogos Socioambientais, sobre Segurança Viária, com foco em sinalização e outros temas com as Comunidades Tradicionais. 03 diálogos com as Comunidades Tradicionais inseridas na ADA e 02 diálogos com as Comunidades tradicionais inseridas na AID .	05 diálogos	01 ano	Relatório Socioambiental com registro fotográfico e lista de presença.
11. Cadastrar as comunidades indígenas e quilombolas que se encontrarem presentes na ADA e AID e que não foram identificadas neste PPIQ, e comunicar a Supervisão Socioambiental e ao contratante que realizará a avaliação	Durante as obras	02 anos	Cadastros das Comunidades Tradicionais

Ações	Indicador	Período de Execução	Evidências
social e definirá as ações que deverão ser executadas.			

11. AVALIAÇÃO DO PLANO

Uma avaliação final do PPIQ será feita após no máximo dois meses de sua conclusão.

Alguns dos pontos que serão analisados na avaliação incluem:

1. Interesse e grau de participação das comunidades indígenas e quilombola no desenvolvimento das ações do Plano;
2. Obras e se as atividades propostas foram adequadas e os objetivos alcançados;
3. Levantamento dos impactos positivos e negativos das obras e atividades desenvolvidas;
4. Experiências adquiridas

A Empresa de Supervisão Socioambiental deverá preparar a avaliação do PPIQ, considerando como elementos importantes os relatórios de supervisão entregues durante toda a execução do Plano. A avaliação será submetida à aprovação da SEINFRA.

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Banco Mundial. **Manual Operacional do Banco Mundial: Políticas Operacionais: OP.4.10.** jan. 1999.
- Brasil. Constituição (1988). **Constituição da república Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 18 de out. de 2016.
- FUNAI. **Terras Indígenas.** 2016. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acesso em: 18 de out. de 2016.
- Secretaria de Infraestrutura, do Estado. **Avaliação de Impacto Socioambiental – AISA,** Bahia, 2015.

13. ANEXOS

13.1 - ORÇAMENTO - QUADRO 3 - ATIVIDADES E OBRAS DE SEGURANÇA SOB RESPONSABILIDADE DA CONSTRUTORA

Orçamento - Quadro 3 - Atividades e obras de segurança sob responsabilidade da Construtora						
Data Base: Maio 2017						
Item	Descrição	Componentes	Quant	Unidade	Valor unit (R\$)	Valor total (R\$)
1	Confecção, instalação e manutenção de placas de identificação das Comunidades Tradicionais	Placas (SIT - Fornecimento e implantação de placa sinalização tot. refletiva incl. suporte e travessa)	57,6	m ²	307,40	17.706,24
		Total				17.706,24
2	Confecção e instalação de placas indicando o Mecanismos de Gestão de Informações e Reclamações para as Comunidades	Placas (SIT - Fornecimento e implantação de placa sinalização tot. refletiva incl. suporte e travessa)	4,32	m ²	307,40	1.327,97
		Total				1.327,97
3	Execução de obras de proteção e segurança das comunidades tradicionais inseridas na ADA: cerca; limpa rodas, sinalização, redutores de velocidade, paradas de ônibus disciplinadas, refúgio, etc	Esses serviços já constam no projeto de restauração das rodovias, sendo responsabilidade das Construtora.				
		Total				
4	Treinamento com os funcionários e operários visando informar o código de condutada com as medidas disciplinares	Recursos Humanos				
		Prof. Social Nível Superior (P2)	2 h		106,03	212,06
		Ambientalista Nível Superior (P2)	2 h		106,03	212,06
Total					424,12	
5	Estabelecimento e execução de Mecanismo de Gestão de Informações e Reclamações, adequado culturalmente as Comunidades Tradicionais, no sítio das obras. Mecanismo parte do Sistema de Gestão de Informações e Reclamações do Contrato e vinculado ao Sistema de Gestão de Informações e Reclamações do Estado da Bahia e SEINFRA.	Meios de Comunicação do Estado e da SEINFRA				
		Total				0,00

6	Estabelecimento e execução de medidas culturalmente adequadas para evitar potencial exposição da comunidade a doenças [i.e. convênio com posto de saúde, vacinas dos operários – medidas dentro dos programas das ETAS: Condições de Emprego e Trabalho; Saúde e Segurança do Trabalho, Saúde e Segurança da Comunidade)					
		Serviço de Ouvidoria com utilização da linha telefônica do Canteiro de Obras (responsabilidade da Construtora).				
		Total				0,00
7	Estabelecimento e execução de um mecanismo de articulação com as lideranças das Comunidades Tradicionais envolvidas para participação delas nas atividades e obras	Recursos Humanos				
		Prof. Social Nível Superior (P2)	30	h	106,03	3.180,90
		Motorista Nível Auxiliar (A2)	30	h	19,10	573,02
		Recursos Materiais				
	Veículo Caminhonete (140 a 185 cv)	30	h	25,55	766,51	
Total					4.520,43	
8	Impressão de folder e cartaz (PREMAR 2, segurança viária e canais de informações e reclamações)	Recursos Materiais				
		Folder	50	unid	1,70	85,00
		Cartaz (papel A2)	100	unid	6,1	613,00
		Total				698,00
9	Realizar 20 visitas domiciliares com as lideranças indígenas e quilombola para entrega do folder e cartaz.	Recursos Humanos				
		Prof. Social Nível Superior (P2)	70	h	106,03	7.422,11
		Motorista Nível Auxiliar (A2)	70	h	19,10	1.337,05
		Recursos Materiais				
	Veículo Caminhonete (140 a 185 cv)	70	h	25,55	1.788,52	
Total					10.547,68	
10	Realizar 5 diálogos socioambientais, sobre Segurança Viária, com foco em sinalização. 03 diálogos com as Comunidades Tradicionais inseridas na ADA e 02 diálogos com as Comunidades tradicionais inseridas na AID	Recursos Humanos				
		Prof. Social Nível Superior (P2)	22,5	h	106,03	2.385,68
		Ambientalista Nível Superior (P2)	22,5	h	106,03	2385,68
		Motorista Nível Auxiliar (A2)	22,5	h	19,10	429,77
		Recursos Materiais				
		Veículo Caminhonete (140 a 185 cv)	22,5	h	25,55	574,88
		Notebook	1	mês	200,00	200,00
impressora	1	mês	200,00	200,00		
data show com tela de projeção	22,5	h	100,00	2.250,00		
Total					8.426,00	

11	Cadastrar as comunidades indígenas e quilombolas que se encontrarem presentes na ADA e AID e que não foram identificadas neste PPIQ, e comunicar a Supervisão Socioambiente e ao contratante que realizará a avaliação social e definirá as ações que deverão ser executadas	Recursos Humanos				
		Prof. Social Nível Superior (P2)	12	h	106,03	1.272,36
Total					1.272,36	
Observações:						
1. O orçamento está considerando apenas a realização de um (01) evento;						
2. O tempo estimado de deslocamento do canteiro de obras para cada comunidade é em média 1,25 h. Considerando ida + volta temos 2,5 h;						
3. A duração da visita do item 1 dura 1 hora; A duração do diálogo do item 4 dura 2 horas;						
3. O valor mensal dos profissionais envolvidos é (segundo tabela de consultoria do DNIT atualizada em 19/06/2017), já incluindo os 84% de encargos sociais;						
4. O valor dos recursos materiais envolvidos são:						
Veículo traçado 4x4 - 140 a 165 CV - aluguel/mês (tabela de consultoria do DNIT atualizada em 19/06/2017);						
Aluguel de computador / mês = R\$ 200,00 (média do mercado);						
Aluguel de impressora jato de tinta / mês = R\$ 200,00 (média do mercado);						
Aluguel de data-show com tela de projeção / diária = R\$ 100,00 (média do mercado);						
Impressão de folders = R\$ 1,70 (média do mercado);						
Impressão de cartazes (tamanho A2) = R\$ 6,13 (média do mercado);						

13.2 QUADRO DE REPRESENTANTES E TELEFONES DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADE QUILOMBOLA

MUNICÍPIO	TRECHO	POVO INDÍGENA	CACIQUE	TELEFONE	REPRESENTANTE	TELEFONE	
Glória	BR 116 – Paulo Afonso	Kantaruré – Aldeia Batida			Uilton	75-98836-5345	
	BR 116 – Paulo Afonso	Kantaruré – Aldeia Baixa de Pedras			Uilton	75-98836-5345	
	Ac. Barra Itaparica - Rodelas	Pankararé			Uilton	75-98836-5345	
	Paulo Afonso – Ac. Barragem Itaparica	Quixaba – Xucuru - Kairiri					
	Ac. Barragem Itaparica - Rodelas	Kantaruré					
Rodelas	Ac. Barragem Itaparica - Rodelas	Nova Pankararé			Rosineide Maria da Conceição	75-98868-0705 75-98848-5706	
		Tuxá	Manoel Eduardo Cruz		Rosineide Vieira Cruz		
		Associação Indígena NeoPankararé Baixa do Penedo	Manoel Hercílio da Silva	75-98836-8881		Maria Oliveira da Silva	
		Grupo Indígena TuxáApako					
		Aldeia Aticum – Nova Aliança	Ananias Laurindo da Silva	75-98843-7531		Francinaldo Cícero da Silva	
		Aldeia Nova Atikum	Helena da Conceição Andrade	75-98809-7296			
		Comunidade Indígena Kambiwa Filha	Antônio João Inocêncio	75-98831-8251			
		Aldeia Indígena Kambiwa Reviver	Cleidiane Barbosa dos Santos	75-98825-2129		Felisberto dos Santos	
	Comunidade Atikum Nova Esperança	Lindalva Maria Freires Gomes	75- 98861-1431				
Rodelas – Barra de Tarrachil	Atikum Bento Um	Everlandia Maria da Silva Soares	75-98826-4742		Jurandir Ferreira Soares		
Curaçá	Abaré – BR 116 (Acesso Ibó)	Tumbalalá – Missão Velha	Miguel Marculino Barbalho	87- 99938-7356 87 – 99142-2911	Agnelo Antônio de Jesus	75-98850-8695	
Abaré	Abaré – BR 116 Acesso Ibó	Tumbalalá - Pambu	Cícero Rumão Gomes Marinheiro Maria Leidiane Marinheiro da Silva	87-99914-4418	Agnelo Antônio de Jesus	75-98850-8695	
Sobradinho	Juazeiro – Sento Sé	Truká			Janatiel	81-99685-1589 87-99132-0907 87-99615-2065	

MUNICÍPIO	TRECHO	COMUNIDADE QUILOMBOLA	REPRESENTANTES	TELEFONE
Abaré	Rodelas – BR 116 (Acesso Ibó)	Curral de Pedras	Wilson Simonal	75-9997-7745

13.3 AVALIAÇÃO SOCIAL DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO



The World Bank

Governo da Bahia

**SEINFRA – Secretaria de Infraestrutura do Estado da
Bahia**

AVALIAÇÃO SOCIAL DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Nome do Projeto: Programa de Restauração e Manutenção de
Rodovias do Estado da Bahia – PREMAR 2

Projeto: BIRD – P147272

SALVADOR, MARÇO DE 2017

SUMÁRIO

1. OBJETIVO	43
2. METODOLOGIA	47
3. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS	48
4. AVALIAÇÃO SOCIAL DOS POVOS INDÍGENAS SITUADOS NA ADA E AID E DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS SITUADAS NA AID.	50
4.1 POVOS INDÍGENAS	50
4.2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	51
5. PRINCIPAIS RESULTADOS DAS CONSULTAS	53
6. DIAGNÓSTICO SOCIAL DOS POVOS INDÍGENAS ENVOLVIDOS	55
7. CONSULTAS	60
8. OUTROS POVOS INDÍGENAS	62
9. AVALIAÇÃO SOCIAL REALIZADA EM ESCRITÓRIO DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS INSERIDAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETAMENTE AFETADA (ADA) E ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID).	65
10. IDENTIFICAÇÃO	75
11. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
12. ANEXOS	77
12.1 ATA DA CONSULTA – POVO TUXÁ.....	77
12.2 ATA DA CONSULTA – POVO TUMBALALÁ (ALDEIA MISSÃO VELHA).....	79
12.3 ATA DE REUNIÃO – POVO TUMBALALÁ (ALDEIA PAMBU).....	81
12.4 LISTA DE PRESENÇA DA CONSULTA COM O POVO TUXÁ.....	83
12.5 LISTA DE PRESENÇA DA CONSULTA COM O POVO TUMBALALÁ (ALDEIA MISSÃO VELHA)	85
12.6 LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO COM O POVO TUMBALALÁ (ALDEIA PAMBU).....	87
12.7 QUESTIONÁRIO APLICADO AO POVO TUXÁ.....	88
12.8 QUESTIONÁRIO APLICADO AO POVO TUMBALALÁ (ALDEIA MISSÃO VELHA).....	90
12.9 QUESTIONÁRIO APLICADO AO POVO TUMBALALÁ (ALDEIA PAMBU).....	92
12.10 OFÍCIO Nº 478/2015 SEINFRA / FUNAI	94

1. OBJETIVO

A Avaliação Social e Consulta dos Povos indígenas na Área Diretamente Afetada (ADA) da Rodovia BA 210 trecho: Acesso Barragem de Itaparica – Rodelas, Paulo Afonso – Rodelas, Abaré – BR 116 (Acesso Ibó), e a Avaliação Social realizada em escritório para os Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas presentes na Área de Influência Direta (AID) das Rodovias BA210 trecho: BR 116- Paulo Afonso, Paulo Afonso – Acesso Barragem de Itaparica, Acesso Barragem de Itaparica – Rodelas, Paulo Afonso – Rodelas, Rodelas – Barra do Tarrachil, Abaré – BR 116 – (Acesso Ibó) e Juazeiro – Sento Sé, BA160 Trecho: Ibotirama – Paratinga - Lapa, BA001 Trecho: Nazaré – Valença - Ilhéus, BA161 Trecho: BR 242 – Igarité - Barra, BA148 Trecho: BR 242 – Boninal – Abaíra – Rio de Contas - Livramento e BA172 Trecho: Santa Maria da Vitória – Jaborandi – BR 242 (Javi) – Santa Maria da Vitória) tem como objetivo definir com maior detalhamento os potenciais impactos positivos ou negativos da rodovia nas comunidades da suas áreas de influência para definir a elaboração de um plano de mitigação e/ou potenciação deste impactos

Visando atender as Políticas Operacionais para Povos Indígenas e Quilombolas do Banco Mundial e minimizar esses potenciais impactos, para as comunidades indígenas e quilombolas, citadas na AISA, no Marco de Desenvolvimento para Povos Indígenas e Quilombolas e em levantamento de dados secundários, foi realizada a caracterização das comunidades presentes na faixa de domínio das rodovias do PREMAR 2, considerada como Área Diretamente Afetada (ADA), área direta, susceptível aos impactos e na Área de Influência Direta (AID), área menos vulnerável aos impactos das obras, principalmente pela distância considerada, no raio de até 10 km do eixo da rodovia e pela tipologia, por se tratar de obras de Restauração e Manutenção, serviços considerados de baixo impacto socioambiental. Segue abaixo, quadro 1 com as comunidades indígenas encontradas na ADA e na AID, e quadro 2, com as comunidades quilombolas encontradas na AID.

Quadro 01. Povos Indígenas Presentes na ADA e na AID dos Trechos PREMAR 2

MUNICÍPIO	RODOVIA	INICIO TRECHO	FIM TRECHO	POVOS INDÍGENAS			
				NOME	ADA	AID	SITUAÇÃO DA TERRA
Glória	BA210	BR 116	Paulo Afonso	Kantaruré – Aldeia Batida	—	X	PTR
				Kantaruré – Aldeia Baixa de Pedras	—	X	PTR
Glória	BA 210	Paulo Afonso	Ac. Barragem Itaparica	Quixaba	—	X	PTR
Glória	BA 210	Ac. Barragem Itaparica	Rodelas	Kantaruré	—	X	NPTR
Glória	BA 210	Ac. Barragem Itaparica	Rodelas	Pankararé	—	X	NPTR
Rodelas	BA 210	Ac. Barragem Itaparica	Rodelas	Nova Pankararé	X	X	NPTR
Rodelas	BA 210	Ac. Barragem Itaparica	Rodelas	Tuxá	X	—	NPTR
				Associação Indígena Neo Pankararé Baixa do Penedo	X	X	NPTR
				Grupo Indígena Tuxá Apako	X	X	NPTR
				Aldeia Atikum – Nova Aliança	X	X	NPTR
				Aldeia Nova Atikum	X	X	NPTR
				Comunidade Indígena Kambiwa Filha	X	X	NPTR
				Aldeia Indígena Kambiwa Reviver	X	X	NPTR
				Comunidade Atikum Nova Esperança	—	X	NPTR
Rodelas	BA 210	Paulo Afonso	Rodelas	Atikum – Nova Vida	X	X	NPTR
Rodelas	BA 210	Rodelas	Barra do Tarrachil	Atikum Bento Um	—	X	NPTR
Curaçá	BA 210	Abaré	BR 116 (Ac. Ibó)	Tumbalalá – Missão Velha	X	X	FHPR
Abaré	BA210	Abaré	BR 116 (Ac. Ibó)	Tumbalalá - Pambu	X	X	FHPR
Sobradinho	BA 210	Juazeiro	Sento Sé	Truká	—	X	NPTR
Muquém de São Francisco	BA 161	BR 242	Igarité	Kiriri - Barra	—	X	PTR
Muquém de São	BA 161	BR 242	Igarité	*Fazenda Remanso	—	X	NPI

Francisco							
Camamu	BA 001	Nazaré – Valença	Ilhéus	Pataxó – Fazenda Bahiana	—	X	NPI
Ibotirama	BA 160	Ibotirama – Paratinga	Lapa	Tuxá – Aldeia Fazenda Morrinhos	—	X	PTR

* PTR – possui terra regularizada

** NPTR – não possui terra regularizada

*** FHPR – falta homologação do Presidente da República

**** NPI – Não possui informações

*Realizamos contato por telefone com Coordenação Regional da FUNAI do município de Paulo Afonso (BA), da Coordenação da FUNAI do município de Eunápolis (BA) e de Porto Seguro (BA) e não obtivemos informações a respeito de qual jurisdição o Território Indígena Fazenda Remanso pertence.

Quadro 02 – Lista das Comunidades Quilombolas Localizadas na Área de Influência Direta (AID).

MUNICÍPIOS	RODOVIA	INICIO DO TRECHO	FIM DO TRECHO	COMUNIDADES QUILOMBOLAS				
				NOME	CERTIFICADA	NÃO CERTIFICADA	TITULADA	AID
Abaré	BA 210	Rodelas	BR 116 (Ac. Ibó)	Curral de Pedra	X	—	—	X
Muquém do São Francisco	BA 172	BR 242 (Javi)	Santa Maria da Vitória	Fazenda Jatobá	X	—	—	X
Bom Jesus da Lapa	BA 160	Ibotirama - Paratinga	Lapa	Lagoa das Piranhas	X	—	—	X
				Lagoa do Peixe	X	—	X	X
Seabra	BA 148	BR 242 – Boninal – Abaíra – Rio de Contas	Livramento	Olhos d'Água do Basílio	X	—	X	X
				Capão das Gamelas	X	—	—	X
				Agreste	X	—	X	X

- Certificadas: São comunidades que possuem certidão de reconhecimento expedida pela Fundação Cultural Palmares.
- Não Certificada: São comunidades que estão em processo de certificação (processos abertos em análise técnica ou aguardando visita técnica).
- Tituladas: Comunidades que possuem títulos de propriedades coletiva expedida pelo INCRA.

2. METODOLOGIA

A avaliação social, neste estágio de delimitar impactos específicos de obras e operação de rodovias específicas para comunidades específicas, foi realizada em duas etapas (i) aprofundamento sobre os impactos definidos na avaliação social geral feita na preparação do Projeto com informação socioeconômica, cultural e relação com a rodovia das comunidades, através de entrevistas com os líderes comunitários e por dados secundários; e (ii) consultas com as próprias comunidades.

No intuito de buscar informações socioeconômicas, culturais e verificar a relação com a rodovia para os povos indígenas localizados na ADA, foi elaborado um questionário onde foram abordados os seguintes aspectos: Tipo e nome da comunidade existente na faixa de domínio, o nome do cacique; faixa etária da comunidade; número de habitantes ou números de famílias da comunidade; atividade econômica da comunidade; relação da comunidade com a Rodovia BA 210; Tempo de ocupação da área; Impactos positivos e negativos antes, durante e depois da execução das obras; quanto à situação da terra e interferência das obras na vida da comunidade. Na avaliação social realizada em escritório para os povos indígenas e comunidades quilombolas situadas na AID além dos aspectos citados acima outros foram aplicados: Possui escola, posto de saúde, sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, destinação do lixo gerado na comunidade, benefícios sociais recebidos pelos governos.

Para as comunidades apontadas na ADA, foram aplicados questionários e consulta, com o objetivo de obter informações sobre os povos indígenas, com o intuito de identificar os impactos socioambientais que poderão atingir essas comunidades e mitigar através de ações previstas no Plano para Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas, conforme estabelecido no BP 4.10 do Manual Operacional do Banco Mundial para Povos Indígenas.

Vale ressaltar que foi priorizado a Avaliação Social nas comunidades localizadas na ADA, devido à vulnerabilidade aos impactos negativos, mesmo que mínimos, devendo ser mitigados e aos impactos positivos, que

prevalecerão com as obras do Programa. Portanto, foi realizada em visita in loco aos povos Indígenas Tuxá e Tumbalalá, citados na Avaliação de Impacto Socioambientais – AISA, que estão localizadas na ADA das obras da rodovia BA-210.

Apesar de ter sido priorizado a Avaliação Social e Consultas, para os Povos Indígenas localizadas na ADA, também foram realizadas avaliações sociais em escritório para os povos indígenas e comunidades quilombolas localizados na AID. O Plano para Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas contemplará as comunidades situadas na ADA e AID.

Para a realização das visitas as comunidades da ADA, Tuxá e Tumbalalá indicadas na AISA e no MPIQ, foram estabelecidos contatos com a Coordenação Regional Baixo São Francisco da Fundação Nacional dos Índios – FUNAI, visando solicitar a presença de um técnico para acompanhar os técnicos da SEINFRA na execução das atividades com esses povos. Na ocasião, a FUNAI informou que as principais Aldeias do Povo Tumbalalá são: Missão Velha e Pambu, locais selecionados para a realização da consulta documentada e na avaliação social.

3. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Na Avaliação dos Impactos Socioambientais – AISA realizada durante a preparação do Projeto, base do Marco de Desenvolvimento para Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas do Projeto – MPIQ, foram estabelecidas distâncias para a avaliação dos possíveis impactos gerados pelas obras do programa, sendo a Área Diretamente Afetada - ADA, a distância do eixo da rodovia até o limite da faixa de domínio, a Área de Influência Direta - AID, a distância no raio de até 10 km e a Área de Influência Indireta - AII, a distância no raio maior que 10 km do eixo da rodovia.

Também definiu-se no MPIQ que a convivência dos povos indígenas e das comunidades quilombolas com as rodovias do Projeto ocorre desde a implantação das mesmas, entende-se que as obras de restauração facilitarão o acesso dessas populações a bens e serviço, fato bastante citado durante a realização das consultas.

Por sua parte, estima-se que os impactos negativos são de baixa significância, pois as rodovias já se encontram implantadas e as obras de restauração ocorrerão apenas na faixa de domínio (ADA). Os impactos negativos identificados são semelhantes em todos os trechos estudados e estão associados à restauração e à conservação e incluem instalação e operação de alojamentos e canteiros de obras; operação de máquinas e equipamentos, incluindo usinas de asfalto e solo; desmatamento e limpeza do terreno; abertura de caminhos de serviços; terraplenagem, empréstimos e bota-foras; exploração de materiais de construção; drenagem, obras de arte correntes.

A abrangência dos procedimentos para mobilização e participação dos povos indígenas e comunidades quilombolas inclui ações que possam afetar Povos Indígenas ou Comunidades Tradicionais, mesmo que de forma indireta. As atividades produtivas e de caráter desenvolvimentista significam, em grande parte, uma descontinuidade e interferência no modo de vida e na estrutura das populações tradicionais (indígenas e quilombolas). Observando a sinergia entre os impactos possíveis de serem provocados pelo Projeto com as comunidades indígenas e quilombolas interceptadas e os impactos gerados por outros já existentes na região, fica evidente que poderá haver uma alteração na dinâmica econômica e social desse contexto regional através do aumento do fluxo de pessoas, veículos, influenciando a intensificação da exploração ou surgimento de novos empreendimentos econômicos.

Assim, o cenário já existente, somado aos prováveis impactos gerados pelo PREMAR 2, a avaliação social da etapa de preparação do Projeto verificou de maneira geral os mecanismos de prevenção, mitigação ou compensação dos efeitos dos possíveis impactos negativos, durante as obras e durante sua operação, e a maximização dos impactos positivos.

4. AVALIAÇÃO SOCIAL DOS POVOS INDÍGENAS SITUADOS NA ADA E AID E DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS SITUADAS NA AID.

As Avaliações Sociais dos povos indígenas situados na ADA foram realizadas *in loco* com os Povos indígenas Tuxá e Tumbalalá, sendo que a segunda é formada por duas aldeias: Pambu e Missão Velha, portanto foram aplicadas 02 avaliações sociais.

Para os Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas situados na AID as avaliações sociais foram realizadas em escritório através de contato telefônico com as lideranças indígenas e quilombolas dos seus respectivos territórios/comunidades, e também com a FUNAI, Fundação Cultural Palmares e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

4.1 POVOS INDÍGENAS

Durante a avaliação social dos povos indígenas situados na ADA e AID, a maior parte dos povos mencionaram que as obras de recuperação e manutenção não irão interferir na vida da comunidade. No que se refere a relação da comunidade com a rodovia, tanto os povos situados na ADA e AID informaram que utilizam a rodovia para se deslocarem à sede do município e outros municípios vizinhos com a finalidade de ter acesso a serviços saúde, educação, bancários e para comercialização de produtos agrícolas produzidos nas comunidades, dentre outros.

Foi observado que a maioria dos territórios indígenas possuem postos de saúde com atendimento médico e odontológico e escolas municipais de ensino médio e fundamental.

A agricultura, piscicultura e a agropecuária foram as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos povos indígenas. A grande maioria faz o plantio para sua própria subsistência e também para comercializar. Vale ressaltar que outras atividades também são desenvolvidas tais como artesanato e serviço braçal.

Com relação aos povos indígenas situados na AID verificou-se que os resíduos sólidos produzidos pelas comunidades são jogados em terrenos baldios ou queimados. Também foi observado a inexistência de saneamento básico. Na grande maioria dos povos consultados, constatou-se que estes utilizam água bruta, ou seja, água sem tratamento. Apenas o povo indígena Pankararé apresentou na avaliação utilizar serviços de abastecimento de água através da SESAI – Serviço Especial de Saúde Indígena. Ainda sobre os povos situados na AID todos os líderes informaram que a maioria dos povos indígenas recebem o benefício do Governo Federal Bolsa Família e outros recebem aposentadoria.

Na avaliação social realizada com o Povo Tuxá, verificou-se que a comunidade não possui território indígena, limitando-se a Aldeia mãe, localizada em Rodelas e que para o Povo Tumbalalá, de acordo com a FUNAI, a situação da terra está em processo de regularização. Nos territórios indígenas situados na AID apenas os povos indígenas Pankararé: trecho; Acesso Barragem de Itaparica – Rodelas e o povo indígena Truká, trecho: Juazeiro – Sento Sé apresentaram as terras como não regularizadas.

Diante do exposto, é importante enfatizar que as comunidades que foram aplicadas as consultas e avaliação social compreendem que o Programa será um benefício, destacando: melhoria de acesso na trafegabilidade e redução de tempo no deslocamento para as cidades vizinhas e segurança viária. Na AID apenas o povo indígena Kantaruré – Aldeia Batida e Aldeia Baixa de Pedra situados no município de Glória e Pankararé no município de Rodelas mencionaram que as obras de recuperação e manutenção poderão interferir no deslocamento das comunidades durante o período de obras.

4.2 COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Para as comunidades quilombolas a avaliação social foi realizada apenas para as comunidades situadas na AID, haja vista que segundo a AISA e o MPIQ não existem comunidades inseridas na ADA.

A avaliação social dessas comunidades foi feita em escritório através de contato telefônico com os representantes das comunidades. Os números dos telefones foram adquiridos através da Fundação Cultural Palmares e do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária - INCRA.

No que se refere aos serviços de saúde todas as comunidades quilombolas citaram a necessidade de deslocamento para sede, outros municípios, distritos e comunidades vizinhas, pois não possuem serviços de unidades de saúde. Já, com relação ao acesso aos serviços de educação, todas afirmaram possuir escola municipal com ensino fundamental e que apenas na comunidade quilombola Curral de Pedra a escola não está funcionando, fazendo com que os alunos tenham que se deslocar para o Distrito de Ibó. Para terem acesso ao ensino médio e superior necessitam dirigir-se à sede municipal ou aos municípios vizinhos.

Com relação às atividades econômicas desenvolvidas pelas comunidades quilombolas a agricultura de subsistência foi apresentada como a principal atividade e também a comercialização. Foram citadas ainda a pecuária e piscicultura. Os representantes das comunidades informaram que a maioria das famílias recebem o benefício da Bolsa Família.

A respeito do saneamento básico foi observado que apenas a comunidade quilombola Lagoa das Piranhas, localizada no município de Bom Jesus da Lapa, possui abastecimento de água através do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto – SAAE e a comunidade quilombola Curral de Pedra possui sistema de abastecimento de água da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S. A. – EMBASA. As demais comunidades utilizam água captada de poços artesianos e do Rio São Francisco. Sobre resíduos sólidos produzidos pelas comunidades foi apresentado que os mesmos jogam em terrenos baldios ou são queimados.

Segundo os representantes das comunidades a grande maioria das terras quilombolas estão em processo de regularização fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, apenas a comunidade

Curral de Pedra, situada no município de Abaré (BA) não possui processo de regularização fundiária aberto no INCRA.

Por fim, os representantes mencionaram que as comunidades utilizam as rodovias e que no período de execução das obras, não irão interferir na vida das comunidades, entendem que após sua conclusão todos serão beneficiados.

5. PRINCIPAIS RESULTADOS DAS CONSULTAS

Após a realização das consultas com os caciques dos Povos Tuxá e Tumbalalá estes povos apresentaram fazer uso da rodovia BA 210. A Tuxá informou utilizar a rodovia para outros municípios para ter acesso a serviços bancários e de saúde e também para o deslocamento de funcionários estaduais e federais. A Tumbalalá – Aldeia Missão Velha mencionou que utiliza a rodovia BA 210 para o escoamento da agricultura e para a sede do município na busca de serviços de saúde, já a Tumbalalá – Aldeia Pambu utilizam para o deslocamento para a sede do município de Abaré e também para o município de Curaçá, visando à busca de serviços de saúde, trabalho e compras.

Com relação aos impactos positivos das obras, os povos indígenas das Aldeias Pambu e Missão Velha informaram que as obras proporcionarão melhoria de acesso da população para a sede de Abaré e Curaçá, além de outros municípios. O povo Tuxá destacou a diminuição do tempo de deslocamento para a cidade de Paulo Afonso. Fazendo referência aos impactos negativos, a Aldeia Missão Velha destacou a dificuldade de acesso aos municípios e a Aldeia Pambu citou o acesso de pessoas estranhas no território.

Durante a visita foi constatado que a comunidade Tuxá não está localizada na Área Diretamente Afetada, e sim na AID. Conforme indicado na AISA, a Rodovia corta o Território Indígena Tumbalalá, na ADA. Ressalta-se que não foram apresentadas a existência de comunidades (residências) indígenas na

faixa de domínio e que as Aldeias visitadas, Missão Velha e Pambu, estão a aproximadamente 9 km da rodovia.

Vale salientar que a cidade de Rodelas encontra-se as margens da BA 210 e que a Aldeia Tuxá está localizada dentro da área urbana desta Rodovia. Que o programa irá envolver toda a comunidade da sede municipal de Rodelas.

Segundo a FUNAI, nenhuma das comunidades encontradas durante inspeção, que não foram citadas na ADA pela AISA, estão localizadas em terras ou territórios indígenas, tratando-se de propriedades particulares. Algumas áreas estão sendo ocupadas temporariamente, a exemplo da Associação Indígena Neó Pankararé – Baixa do Penedo.

Na oportunidade, foi sinalizado pela FUNAI (Coordenação Regional Baixo São Francisco - Paulo Afonso), da necessidade de Anuência da FUNAI para as intervenções em áreas territórios indígenas.

Considerando a Carta de Dispensa de Licenciamento Ambiental, anexa, emitida pelo Órgão Ambiental Estadual, Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, para a execução do Programa e em atendimento a Constituição Federativa do Brasil, de 1988, capítulo VIII, Art, 231, a Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, capítulo II, Seção I, Art. 3º. Foi solicitado pela SEINFRA, através do ofício nº 478/15, anexo, a Anuência da FUNAI para a Execução do Empreendimento encontra-se em tramitação.

Durante as consultas observou-se a aceitação do Programa PREMAR 2 pelos indígenas, quando consideram os aspectos positivos para a comunidade e toda a região. Os mesmos mencionaram: redução no tempo de deslocamento para as cidades de Curaçá, Abaré, Rodelas e Paulo Afonso, facilitando o escoamento da produção e o acesso a serviços de saúde.

6. DIAGNÓSTICO SOCIAL DOS POVOS INDÍGENAS ENVOLVIDOS

- **Povo Tuxá (Aldeia Mãe)**

Localização: A comunidade encontra-se inserida dentro do município de Rodelas, a aproximadamente 500 metros da Rodovia BA 210. Coordenadas: X 525405; Y 9022511.

Nome da Comunidade: Comunidade Indígena do Povo Tuxá – Aldeia Mãe Tuxá.

Nome do Cacique: Manoel Eduardo Cruz, conhecido popularmente na aldeia como Cacique Bidu.

Faixa Etária: Durante a visita foram identificados indivíduos com a faixa etária de 0 a 100 anos, prevalecendo a 18 a 40 anos.

Numero de habitantes ou famílias: 546 famílias;

Atividade Econômica: As atividades econômicas apresentadas foram a pesca artesanal, o plantio de coco, artesanato e trabalho braçal;

Relação da Comunidade com a Rodovia: A comunidade utiliza a Rodovia BA-210 para receber pagamentos, realização de exames de rotina em outras cidades e para a locomoção de funcionários estaduais e federais;

Tempo de ocupação: A comunidade reside a 28 anos na nova cidade de Rodelas.

Impactos Positivos antes, durante e depois das obras: Diminuição do tempo de deslocamento para Paulo Afonso, cidade mais desenvolvida da região.

Situação da terra: Não regularizada, porém a Aldeia é regularizada.

Impactos negativos antes, durante e depois das obras: Não respondeu.

Interferência das obras de Recuperação e Manutenção da Rodovia na vida da comunidade: Foi citado que não interferem na vida da comunidade.

Aspectos Relevantes

Durante a visita, observou-se que a Aldeia encontra-se em área urbana, bastante integrada a comunhão nacional. Possuem ruas pavimentadas, praça, casas de alvenaria, revestidas com cerâmica, além da miscigenação de índios com brancos, fato ocorrido possivelmente por está localizada na sede município de Rodelas conforme relato e observado in loco, nas figuras 1,2 e 3 abaixo:



Figura 1 – Acesso principal a comunidade Tuxá, sede do município de Rodelas



Figuras 2 e 3 – Vista das ruas e casas na Comunidade Tuxá

- **Povo Tumbalalá (Aldeia Missão Velha)**

Localização: Aldeia está localizada aproximadamente a 9 km da Rodovia BA 210. Coordenadas: X 459747; Y 9055813.

Nome da Comunidade: Missão Velha

Nome do Cacique: Miguel Marculino Barbalho

Faixa Etária: Indicados a presença de indivíduos 12 a 18 anos e 18 a 40 anos

Numero de habitante: Em torno de 360 famílias;

Atividade Econômica: Agricultura, piscicultura e agropecuária;

Relação da Comunidade com a Rodovia: A comunidade utiliza a Rodovia BA 210 para o escoamento da agricultura, acesso a cidade de Curaçá e para transportar pessoas com problemas de saúde;

Tempo de ocupação: A presença da comunidade é muito antiga na faixa de domínio.

Impactos Positivos antes, durante e depois das obras: Melhoria do acesso a sede do município.

Situação da terra: A terra está regularizada. Pendente a retirada dos não índios.

Impactos negativos antes, durante e depois das obras: Dificuldade de acesso antes das obras.

Interferência das obras de Recuperação e Manutenção da Rodovia na vida da comunidade: Relatado que só trará melhorias para a comunidade.

Aspectos Relevantes

A comunidade encontra-se a 23 km da BA 210, distância percorrida pelo acesso principal a comunidade. Foi relatado que existe um acesso de 9 km até a Rodovia BA 210, sendo que não é o mais utilizado.

Conforme dados da FUNAI, a rodovia passa pelo meio do território Tumbalalá. Vale ressaltar que apesar da rodovia passar pelo meio do território indígena Tumbalalá, a comunidade está localizada aproximadamente a 9 km da rodovia, estando inserida entre a AID e a AII, estabelecida para a avaliação dos impactos socioambientais.

Observou-se que a comunidade está integrada a comunhão nacional, com o início de urbanização, apresentando casas de Alvenaria, acesso a aparelhos eletrônicos, acesso a energia conforme figura 4 abaixo:



Figura 4 – Vista da Comunidade Missão Velha

Resultado da aplicação da Ficha de Avaliação Social – Povo Tumbalalá (Aldeia Pambu)

Localização: Aldeia está localizada no raio aproximadamente de 9 km da Rodovia BA 210. Coordenadas: X 460733; Y 9054758.

Nome da Comunidade: Pambu

Nome do Cacique: Cícero Rumão Gomes Marinheiro

Faixa Etária: Foi indicado a presença de indivíduos de 0 a 70 anos.

Número de Habitantes: Aproximadamente de 200 famílias;

Atividade Econômica: Agricultura, pesca, artesanato e serviço público;

Relação da Comunidade com a Rodovia: No deslocamento para as cidades de Abaré e Curaçá para o acesso aos serviços de saúde, trabalhar e para realização de compras;

Tempo de ocupação: Antes do período de colonização do Brasil.

Impactos Positivos antes, durante e depois das obras: Melhoria do acesso as cidades facilitando o desenvolvimento.

Situação da terra: A terra não é regularizada, está delimitada, em processo de demarcação.

Impactos negativos antes, durante e depois das obras: Acesso de pessoas estranhas no território e o desmatamento.

Interferência das obras de Recuperação e Manutenção da Rodovia na vida da comunidade: Irá facilitar o acesso da população as cidades vizinhas.

Aspectos Relevantes

A comunidade encontra-se a 23 km da BA 210, distância percorrida pelo acesso principal a comunidade. Foi relado que existe um acesso de 9 km até a Rodovia BA 210, sendo que não é o mais utilizado.

Vale ressaltar que apesar da rodovia passar dentro do território indígena Tumbalalá, a comunidade está localizada aproximadamente a 9 km da rodovia, estando inserida entre a AID e a AII, estabelecida para a avaliação dos impactos socioambientais.

Foi observado que a Aldeia está integrada a comunhão nacional, com início do processo da urbanização, apresentando casas de Alvenaria, acesso a aparelhos eletrônicos, acesso a energia e veículos automotivos conforme figuras 5 e 6 abaixo:



Figuras 5 e 6 – Vista da Comunidade Pambu.

7. CONSULTAS

- **Povo Tuxá**

A consultada foi realizada no dia 27/09/2016, na Coordenação Técnica Local – CTL no município de Rodelas, com a presença de 25 membros, com participação do Cacique Manuel Eduardo Cruz. Inicialmente o técnico da SEINFRA apresentou o objetivo da reunião e em seguida fez uma abordagem sobre o Programa. Após o término da explanação foi aberto um espaço de diálogo com os participantes.

Os indígenas aprovaram o Programa, afirmando a importância e necessidade do mesmo, o qual irá beneficiar toda a população do município de Rodelas, conforme Ata anexa. Figuras 7 e 8.

Finalizando a consulta, foi aplicada uma ficha de avaliação social simplificado com a representante da Coordenação Técnica Local, indicada pela FUNAI, Sra. Rosineide Vieira Cruz.



Figuras 7 e 8 – Consulta na Aldeia Tuxá

- **Povo Tumbalalá**

Na Aldeia Missão Velha, a consulta ocorreu na Escola Municipal Indígena São Sebastião, no dia 28/09/2016, com a participação de 24 membros, na presença do Cacique Miguel Marculino Barbalho e o representante da FUNAI.

O Cacique iniciou a reunião apresentando os técnicos da SEINFRA e o objetivo do encontro. O técnico realizou a explanação e logo após foi aberto um espaço para o diálogo, onde os participantes solicitaram melhorias nos acessos da comunidade até a BA 210, e ressaltaram que já haviam realizado a solicitação no ano de 2013, conforme cópia de Ofício nº 88/2013 entregue ao técnico, Ofício nº 88/2013 anexo. O técnico informou que alguns municípios foram contemplados pelo programa, a exemplo do Município de Curaçá, mencionando que serão selecionadas estradas vicinais para a execução de melhorias pontuais e que registraria a solicitação da comunidade. Em relação às Obras do PREMAR 2, todos participantes aceitaram a execução do programa. Figuras 9 e 10.



Figuras 9 e 10 – Consulta na Aldeia Tumbalalá, Comunidade Missão Velha.

Finalizando o encontro foi aplicada ficha de avaliação social simplificado ao representante da Aldeia, Cacique Miguel Marculino Barbalho.

Na Aldeia Pambu foi realizada uma reunião no dia 28/09/2016, com os técnicos da SEINFRA, o representante da FUNAI e a filha do Cacique Cícero Rumão Gomes Marinheiro (prefeito interino de Abaré), única representante encontrada no local, Sra. Maria Leidiane Marinheiro da Silva, Diretora da Escola Municipal Santo Antônio do Pambu, local onde ocorreu a reunião.

O técnico da SEINFRA apresentou o programa e em seguida solicitou que a representante preenchesse a fichas de avaliação social simplificado. Figuras 11 e 12.



Figuras 11 e 12 – Reunião e aplicação da ficha social na Aldeia Tumbalalá, Comunidade Pambu.

8. OUTROS POVOS INDÍGENAS

Na oportunidade da visita, foi realizada Inspeção de Campo, na Rodovia BA 210, trecho: Paulo Afonso até o Entr. BR 116 para verificar a existência de outros povos indígenas na região. Percorrendo o trecho foi identificada a presença de outros povos, tais como: Associação Indígena Néio Pankararé Baixa do Penedo; Grupo Indígena Tuxá Apako; Aldeia Atikum – Nova Aliança;

Aldeia Nova Atikum; Comunidade Indígena Kambiwa Filha, Kambiwa Reviver e Atikum Nova Esperança, conforme descritos a seguir:

<p>Associação Indígena Néó Pankararé.</p> <p>Coordenadas: X535519, Y 9003635</p> <p>Situação da terra: ocupação em terras particulares, não possui terras regularizadas. Observou a presença de casas. Segundo a FUNAI, a área está ocupada por índios e brancos. Localizada na faixa de domínio, Área Diretamente Afetada– Lado Direito da rodovia.</p>	
<p>Grupo Indígena Tuxá Apako.</p> <p>Coordenadas: X 531544 Y 9010152</p> <p>Situação da terra: terra particular adquirida por famílias indígenas. Segundo a FUNAI, não é considerado território indígena. Observou a presença de 1 casa. Localizada na faixa de domínio, Área Diretamente Afetada – Lado Direito da rodovia.</p>	
<p>Aldeia Atikum – Nova Aliança</p> <p>Coordenadas: X 530564; Y 9015234</p> <p>Situação da terra: ocupação em terras particulares, não possui terras regularizadas, segundo a FUNAI. Observou-se o acesso a comunidade. Não localizada na Área Diretamente Afetada– Lado Direito da rodovia.</p>	

Comunidade Nova Atikum

Coordenadas: X 530603; Y 9015559

Situação da terra: ocupação em terras particulares, não possui terras regularizadas, segundo a FUNAI. Observou a presença de casas. Localizada na faixa de domínio, Área Diretamente Afetada – Lado Direito da rodovia.



Comunidade Indígena Kambiwa Filha

Coordenadas: X 530677; Y 9016113

Situação da terra: ocupação em terras particulares, não possui terras regularizadas, segundo a FUNAI. Não foi observada a presença de casas. Lado Direito da rodovia.



Aldeia Indígena Kambiwa Reviver

Coordenadas: X 530670; Y 9016127

Situação da terra: ocupação em terras particulares, não possui terras regularizadas, segundo a FUNAI. Foi observada a presença de casas. Lado Direito da rodovia.



Comunidade Atikum – Nova Esperança

Coordenadas: X 529515; Y 9019232

Situação da terra: ocupação em terras particulares, não possui terras regularizadas, segundo a FUNAI. Observou-se o acesso a comunidade. Não localizada na Área Diretamente Afetada– Lado Direito da rodovia.



9. AVALIAÇÃO SOCIAL REALIZADA EM ESCRITÓRIO DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS INSERIDAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETAMENTE AFETADA (ADA) E ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID).

O levantamento de informações foi realizado em escritório pelos técnicos da Coordenação de Meio Ambiente – CMAM /DPPE através de contatos telefônicos no mês de Setembro e Outubro de 2016 com os representantes das Comunidades Quilombolas e da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, além de pesquisas em sites e órgãos oficiais.

Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas – AID (NÚCLEO A)

- a) **Rodovia:** BA 210 - **Trecho:** Rodelas – BR 116 (Ac. Ibó): Comunidade Quilombola – Curral de Pedra;
- b) **Rodovia:** BA 172 - **Trecho:** BR 242 (Javi) – Santa Maria da Vitória: Comunidade Quilombola – Fazenda Jatobá;
- c) **Rodovia:** BA 210 – **Trecho:** BR 110 – Paulo Afonso. Povo: Etnia (Kantaruré) Aldeia Batida e Aldeia Baixa de Pedras;
- d) **Rodovia:** BA 210 - **Trecho:** Acesso Barragem Itaparica– Rodelas: Povo Indígena – PanKararé;
- e) **Rodovia:** BA 210 - **Trecho:** Acesso Barragem Itaparica– Rodelas: Povo Indígena – PanKararé;
- f) **Rodovia:** BA 161 – **Trecho:** BR 242 – Igarité – Povo: Kiriri – Barra (Etnia: Kiriri);
- g) **Rodovia:** BA 161 – **Trecho:** BR 242 – Igarité – Povo: Fazenda Remanso

Comunidades Quilombolas – AID (NÚCLEO A)
<p>Município: Abaré - BA Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola – Curral de Pedra Rodovia: BA-210 Trecho: Rodelas – BR-116 (Ac. Ibó) Representante: Wilson Simonal Contato:(75)9997-7745</p> <p>Em contato com o representante Sr. Wilson Simonal, da Comunidade Curral de Pedra, o mesmo informou que a comunidade possui 76 famílias, sendo que no entorno da comunidade existem mais 26 famílias auto definidas como Quilombolas, a maioria dessas famílias recebe o benefício da Bolsa Família, 40 famílias possuem o benefício do Programa Nacional de Habitação Rural e também recebem a cada 15 dias frutas e verduras da Companhia Nacional de Alimentação de Abastecimento – CONAB. A comunidade possui uma Escola Municipal de ensino fundamental, mas atualmente não está funcionando, as crianças precisam se deslocar para o Distrito de Ibó. Também foi mencionado, não possuir Unidade de Saúde na Comunidade, quando precisam procuram a Unidade de Saúde do Povoado de Umbuzeiros e também Abaré. A respeito do Saneamento Básico o representante informou não possuir Sistema de Esgotamento Sanitário, apenas possui Sistema de Abastecimento de Água da</p>

Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A – EMBASA.

Na oportunidade, foi perguntado sobre o lixo gerado na comunidade, e o Sr. Wilson informou que é queimado ou jogado em terreno baldio. As atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade apresentadas foram criação de caprino, ovino e no período de chuva: agricultura (cebola, abóbora, milho, feijão, melancia entre outros) visando à própria subsistência e para comercialização. Com relação à situação da terra, informou não possuir processo de regularização fundiária aberta junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, mas que a comunidade é certificada.

Foi questionado também, se a comunidade faz uso da Rodovia BA-210 e se as obras de Recuperação e Manutenção – PREMAR 2 irão interferir na vida da comunidade. O representante explicou que a comunidade faz uso da rodovia BA- 210 para ir ao município de Abaré e que utiliza mais a BR- 116 para ir ao Distrito de Ibó para fazer compras, ir ao banco e crianças irem para escola e que as obras não irão interferir na vida da comunidade Lagoa das Piranhas, pois a Rodovia fica a 09 km de distância.

Município: Muquém do São Francisco-BA

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola – Fazenda Jatobá

Rodovia: BA-172

Trecho:BR-242 (Javi) – Santa Maria da Vitória

Representante: João

Contato: (77) 99992-6386

Em contato com o representante Sr. João da Comunidade Fazenda Jatobá, o mesmo informou que a comunidade possui 105 famílias, onde a maioria recebe o benefício da Bolsa Família. A comunidade possui uma escola de ensino fundamental e não possui Unidade de Saúde. Para atendimento médico/hospitalar a comunidade precisa se deslocar para Muquém do São Francisco. A respeito do Saneamento Básico, o representante informou não possuir Sistema de Esgotamento Sanitário e que utiliza água bruta do Rio São Francisco.

Na oportunidade, foi perguntado sobre o lixo gerado na comunidade, e o Sr. João informou que geralmente é queimado ou jogado em terreno baldio. As atividades econômicas apresentadas desenvolvidas pela comunidade foram piscicultura e agricultura (mandioca, feijão, milho entre outros), visando à própria subsistência. Com relação à situação da terra, informou estar em processo de regularização fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Foi questionado também se a comunidade faz uso da Rodovia BA-172 e se as obras de Recuperação e Manutenção – PREMAR 2 irão interferir na vida da comunidade. O Sr. João explicou que a comunidade faz uso da rodovia BA-172, para ir aos municípios de Bom Jesus da Lapa e Sítio do Mato e que as obras não irão interferir na vida da comunidade Fazenda Jatobá, justificando que fica a 36 Km da Rodovia.

Territórios Indígenas – AID (NÚCLEO A)

Município: Glória - BA

Nome da Comunidade: Povo Indígena – Etnia (Kantaruré) Aldeia Batida e Aldeia Baixa de Pedras

Rodovia: BA-210

Trecho: BR-110 – Paulo Afonso

Representante: Uilton

Contato: (75) 98836-5345

Em contato com o representante Sr. Uilton, das Comunidades Indígenas Aldeia Batida e Baixa de Pedras, a distância entre as Aldeias é de 1 km. O mesmo informou que as comunidades possuem 600 habitantes e 194 famílias, onde a maioria recebe o benefício da Bolsa Família, Seguro Safra e outros são aposentados. A Aldeia dispõe de uma Escola Municipal de ensino fundamental. Os estudantes de ensino médio precisam se deslocar para Glória pela BA-210. Para atendimento médico a comunidade possui um Posto de Saúde que fica na Aldeia Batida. A respeito do Saneamento Básico, o representante informou que algumas residências possuem fossa séptica e outros despejam os dejetos diretamente no solo. O abastecimento de água funciona através de Poço Artesiano.

Na oportunidade, foi questionado sobre o lixo gerado na comunidade, e o Sr. Uilton informou que geralmente este, é jogado em terreno baldio ou queimado. A agricultura foi à atividade econômica desenvolvida pela comunidade, visando à própria subsistência. Com relação à situação da terra, mencionou está regularizada. Segundo os dados do site da FUNAI a Situação da Terra é “Regularizada” e a Modalidade é “Tradicionalmente Ocupada”.

Foi questionado também, se os indígenas fazem uso da Rodovia BA-210 e se as obras de Recuperação e Manutenção – PREMAR 2 interferem na vida da comunidade. O representante explicou que a comunidade utiliza diariamente a Rodovia BA-210 para ir à sede do município de Glória que fica a 60 km da comunidade e para ir ao município de Paulo Afonso onde fica a sede da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Mencionou que as obras de recuperação, poderão indiretamente interferir na vida da comunidade, principalmente para os alunos que trafegam diariamente pela rodovia.

Município: Glória - BA

Nome da Comunidade: Povo Indígena – PanKararé

Rodovia: BA-210

Trecho: Acesso Barragem Itaparica - Rodelas

Representante: Uilton

Contato: (75) 98836-5345

Em contato com o Sr. Uilton, representante do Povo Indígena Pankararé, o mesmo informou que a comunidade possui 722 famílias, onde a maioria recebe o benefício da Bolsa Família, cesta básica e outros são aposentados. A comunidade dispõe de uma Escola de ensino fundamental e médio e possui uma Unidade de Saúde com atendimento médico, odontológico e nutricional. A respeito do Saneamento Básico, o representante informou que algumas residências possuem fossa séptica e o abastecimento de água é através de Poço Artesiano.

Na oportunidade, foi perguntado sobre o lixo gerado na comunidade, e o Sr. Uilton informou que geralmente este, é jogado em terreno baldio ou queimado. A agricultura e pecuária foram às atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade, visando à própria subsistência. Com relação à situação da terra, mencionou está regularizada, porém falou que precisa “desintrusar”, ou seja, retirar os “não índios”. Segundo os dados do site da FUNAI a Situação da Terra é “Regularizada” e a Modalidade é “Tradicionalmente Ocupada”.

Foi questionado também, se os indígenas fazem uso da Rodovia BA-210 e se as obras de Recuperação e Manutenção – REMAR 2 interferem na vida da comunidade. O representante explicou que a comunidade utiliza diariamente a Rodovia BA-210 para ir a Sede de Glória e também, ao município de Paulo Afonso que fica a 40 km da comunidade, onde fica a Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Mencionou que as obras de recuperação não irão interferir na vida da comunidade.

Município: Rodelas - BA

Nome da Comunidade: Povo Indígena – PanKararé

Rodovia: BA-210

Trecho: Ac. Barragem Itaparica - Rodelas

Representante: Sra. Rosineide

Contato: (75) 98848-5706

Em contato com a Sra. Rosineide, representante dos Povos Pankararé, a mesma informou que esses indígenas estão em área provisória, inseridos no território dos Povos Tuxás. Os Povos Pankararés possuem aproximadamente 150 habitantes e 25 famílias, onde a maioria recebe o benefício da Bolsa Família e outros são aposentados. Os estudantes precisam se deslocar para a Sede de Rodelas pela BA 210 que fica a 12 km. Na Aldeia dos Tuxás, possui um Posto de Saúde com atendimento médico, odontológico e nutricional, onde os Pankararés possuem um dia de atendimento. Para atendimento de média complexidade os indígenas precisam se deslocar para o município de Paulo Afonso- Ba. A respeito do Saneamento Básico, a representante informou que o abastecimento de água é através do Serviço Especial de Saúde Indígena – SESA e que os dejetos e as águas servidas são despejados no solo.

Na oportunidade, foi perguntado sobre o lixo gerado na comunidade, e a Sra. Rosineide informou que geralmente é queimado. A atividade econômica desenvolvida pela comunidade apresentadas foi agricultura (milho, feijão, mandioca, entre outros), visando à própria subsistência e o plantio do coco para comercializar. A situação da terra apresentou como não regularizada.

Foi questionado também, se as Obras de Recuperação e Manutenção – REMAR 2 irão interferir na vida da comunidade. A representante explicou que os indígenas fazem uso da Rodovia BA- 210 para ir a Sede de Rodelas e ao município de Paulo Afonso-Ba e que as obras de recuperação irão interferir na vida da comunidade, destacando que a Comunidade fica próxima da rodovia.

Município: Paulo Afonso - BA

Nome da Comunidade: Povo Indígena – PanKararé

Rodovia: BA-210

Observação: Segundo a Coordenação Regional de Paulo Afonso – FUNAI, no município de Paulo Afonso não existe Povos Indígenas PanKararé.

Município: Muquém de São Francisco-BA

Nome da Comunidade: Kiriri – Barra (Etnia: Kiriri).

Rodovia: BA-161

Trecho: BR-242 - Igarité

Representante: Sr. Donizete

Contato: (77) 98846-1338

Em contato com o representante Sr. Donizete, da Comunidade Kiriri - Barra, o mesmo informou que a comunidade possui 148 habitantes e 39 famílias, onde a maioria recebe o benefício da Bolsa Família e outros são aposentados. A Aldeia possui uma Escola Municipal de ensino fundamental e ensino médio. Dispõe também, de um Posto de Saúde com atendimento médico e odontológico. Para atendimento de alta complexidade a população precisa se deslocar para os municípios de Barreiras-BA ou Ibotirama-BA. A respeito do Saneamento Básico, o representante informou possuir fossa séptica e o abastecimento de água é através de poço artesiano.

Na oportunidade, foi perguntado sobre o lixo gerado na comunidade, e o Sr. Donizete informou que geralmente é despejado em terreno baldio. As atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade são a agricultura e pesca artesanal, visando à própria subsistência. A situação da terra apresentou como regularizada. Segundo os dados do site da FUNAI a Situação da Terra é “Regularizada” e a Modalidade é “Tradicionalmente Ocupada”.

Foi questionado também, se os povos indígenas fazem uso da Rodovia BA-161 e se as Obras de Recuperação e Manutenção – PREMAR 2 irão interferir na vida da comunidade. O representante explicou que os indígenas fazem uso da Rodovia BA-161 para ir ao Distrito de Igarité e que as obras de recuperação não irão interferir na vida da comunidade.

Município: Muquém de São Francisco-BA

Nome da Comunidade: Fazenda Remanso

Rodovia: BA-161

Trecho: BR-242 - Igarité

Representante: -

Contato:-

Observação: Realizamos contato (75) 3281-3782 com a Coordenação Regional da FUNAI do município de Paulo Afonso-BA, Sra. Ivi Daniela Guimarães Leal, Coordenadora substituta, com o objetivo de obter informações a respeito da qual jurisdição a Fazenda Remanso pertence. A mesma não soube informar. Pediu que fizéssemos contato com o número (75) 3511-7305 Coordenação da FUNAI do município de Eunápolis ou o coordenador técnico Sr.Dermeval (73) 988167564 / 98129-3866 e também Sr. Frederico da Coordenação da FUNAI do município de Porto Seguro, contato (73) 3288-5399.

Diante do exposto, informamos que não conseguimos obter informações a

respeito de qual jurisdição pertence à Fazenda Remanso do município Muquém de São Francisco-BA e obter as informações necessárias para a presente Avaliação Social.

Segundo dados do site da FUNAI a Terra Indígena Fazenda Remanso é de etnia Tuxá, a Situação da Terra é “Regularizada” e a Modalidade é “Reserva Indígena”.

Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas – AID (NÚCLEO B)

- a) **Rodovia:** BA 148 – Trecho: Ent. BA 242 Livramento
- b) **Rodovia:** BA 148 – Trecho: Ibotirama - Paratinga - Lapa
- c) **Rodovia:** BA 148 – Trecho: Ent. BA 242 Livramento
- d) **Rodovia:** BA 160 – Trecho: Ibotirama - Paratinga – Lapa
- e) **Rodovia:** BA-001 – Trecho: Nazaré – Valença – Ilhéus. Povo: Fazenda Bahiana
- f) **Rodovia:** BA 160 – Trecho: Ibotirama – Paratinga – Lapa. Povo: Tuxá – Aldeia Morrinhos
- g) **Rodovia:** BA 210 – Juazeiro – Sento Sé. Povo: Truká

Comunidades Quilombolas – AID (NÚCLEO B)

Município: Seabra -BA

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola – Olhos D’Água do Basílio

Rodovia: BA-148

Trecho: Ent. BA-242 Livramento

Representante: Jací

Contato: (75) 99130-5979 (Telefone de Valdice)

Em contato com a representante Sra. Jací, da Comunidade Olhos D’Água do Basílio, a mesma informou que a comunidade possui 75 famílias, onde a maioria recebe o benefício da Bolsa Família, Seguro Safra e outros são aposentados. A comunidade possui uma Escola Municipal de ensino fundamental. Os estudantes de ensino médio precisam se deslocar para o Povoado do Baixãozinho. Para atendimento médico a comunidade também precisa ir para o Posto de Saúde da Família da Comunidade Baixão Velho. A respeito do Saneamento Básico, a representante informou possuir fossa séptica. O abastecimento de água é através de poço artesiano e cisterna.

Na oportunidade, foi questionado sobre o lixo gerado na comunidade, e a Sra. Jací informou que é queimado ou jogado em terreno baldio. A atividade econômica desenvolvida pela comunidade apresentada foi à agricultura (mandioca e feijão), visando à própria subsistência, e quando está em período de chuva também comercializa. Com relação à situação da terra, mencionou que está em processo de regularização fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e que a Comunidade é reconhecida como Quilombo Remanescente.

Foi questionado também, se a comunidade faz uso da Rodovia BA-148 e se as

obras de Recuperação e Manutenção – PREMAR 2 interferem na vida da comunidade. A representante explicou que utiliza a Rodovia BA-148 para ir a Seabra, Boninal e outras comunidades Quilombolas vizinhas e que as obras não irão interferir negativamente na vida da comunidade, entende que será um benefício.

Município: Seabra -BA

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola – Capão das Gamelas

Rodovia: BA-148

Trecho: Ibotirama – Paratinga - Lapa

Representante: Edilson Jorge da Silva

Contato: (75) 99847-3455 (75) 99938-7996

Em contato com o representante Sr. Edilson, da Comunidade Capão das Gamelas, o mesmo informou que a comunidade possui aproximadamente 78 famílias, onde a maioria recebe o benefício da Bolsa Família e outros são aposentados. A comunidade possui uma Escola Municipal de ensino fundamental. Os estudantes de ensino médio precisam se deslocar para o Povoado Velame que fica a 6 Km da Comunidade. Os de ensino superior vão para Seabra. Para atendimento médico a comunidade também precisa ir para o município de Seabra. A respeito do Saneamento Básico, o representante informou que algumas residências possuem fossa séptica e outros despejam os dejetos diretamente no solo. O abastecimento de água é através de Poço Artesiano.

Na oportunidade, foi perguntado sobre o lixo gerado na comunidade, e o Sr. Edilson informou que geralmente este é queimado ou jogado em terreno baldio. A atividade econômica desenvolvida pela comunidade apresentada foi agricultura (mandioca, feijão, milho entre outros), visando à própria subsistência, e quando está em período de chuva também comercializa. Com relação à situação da terra, mencionou que está em processo de regularização fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e que a Comunidade Capão das Gamelas foi reconhecida como Quilombo Remanescente em 09 de novembro de 2005 pela Fundação Cultural Palmares.

Foi questionado também, se a comunidade faz uso da Rodovia BA-148 e se as obras de Recuperação e Manutenção – PREMAR 2 interferem na vida da comunidade. O representante explicou que utiliza bastante a Rodovia BA- 148 para ir a Seabra e que as obras não irão interferir na vida da comunidade, entende como um benefício para todos que trafegam por essa rodovia.

Município: Seabra -BA

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola – Agreste

Rodovia: BA-148

Trecho: Ent. BA-242 Livramento

Representante: Vice-presidente Valdice Rosa da Silva

Contato: (75) 99130-5979

Em contato com a representante Sra. Valdice Rosa, da Comunidade Agreste, a

mesma informou que a comunidade possui aproximadamente 87 famílias, onde a maioria recebe o benefício da Bolsa Família. A comunidade possui uma Escola Municipal de ensino fundamental, ensino médio precisam se deslocar para o Povoado Alagadiço e ensino superior em Seabra. Para atendimento médico a comunidade precisa ir para o Posto de Saúde da Família da comunidade de Baixão Velho ou para Seabra. Com relação ao Saneamento Básico o representante informou que algumas residências possuem fossa séptica e outros despejam os dejetos no solo e o abastecimento de água é através de Poço Artesiano.

Na oportunidade foi perguntado sobre o lixo gerado na comunidade, e a Sra. Valdice informou que geralmente é queimado ou jogado em terreno baldio. A atividade econômica desenvolvida pela comunidade apresentada foi agricultura para subsistência (mandioca, feijão, milho entre outros). Com relação à situação da terra, mencionou que está em processo de regularização fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e que a Comunidade Agreste é certificada.

Foi questionado também se a comunidade faz uso da Rodovia BA-148 e se as obras de Recuperação e Manutenção – PREMAR 2 irão interferir na vida da comunidade. A representante explicou que utiliza a Rodovia BA- 148 para ir a Seabra e que as obras não irão interferir na vida da comunidade, entende como um benefício.

Município: Bom Jesus da Lapa - BA

Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola - Lagoa das Piranhas

Rodovia: BA-160

Trecho: Ibotirama - Paratinga - Lapa

Representante: Miguel

Contato: (77) 99843-2091 (77) 9991-9528 (77) 98106-8568

Em contato com o representante Sr. Miguel, da Comunidade Lagoa das Piranhas, o mesmo informou que a comunidade possui 96 famílias, onde a maioria recebe o benefício da Bolsa Família, como também, Seguro da Pesca e Seguro Safra. A comunidade possui uma Escola Municipal de ensino fundamental e não possui Unidade de Saúde. Para atendimento médico/hospitalar a comunidade precisa se deslocar para Bom Jesus da Lapa. A respeito do Saneamento Básico, o representante informou possuir fossa séptica e o abastecimento de água é através do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto – SAAE.

Na oportunidade, foi perguntado sobre o lixo gerado na comunidade, e o Sr. Miguel informou que geralmente é queimado ou jogado em terreno baldio. As atividades econômicas desenvolvidas e apresentadas pela comunidade foram piscicultura e agricultura (mandioca, abóbora, milho entre outros), visando à própria subsistência. Com relação à situação da terra, mencionou que está em processo de regularização fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Foi questionado também, se a comunidade faz uso da Rodovia BA-160 e se as

obras de Recuperação e Manutenção – PREMAR 2 irão interferir na vida da comunidade. O representante explicou que raramente a comunidade faz uso da Rodovia BA- 160, utiliza apenas para ir a Salvador – BA e que as obras de recuperação não irão interferir na vida da comunidade Lagoa das Piranhas.

Município: Bom Jesus da Lapa-BA
Nome da Comunidade: Comunidade Quilombola – Lagoa do Peixe
Rodovia: BA-160
Trecho: Ibotirama – Paratinga - Lapa
Representante: Carlos Pereira de Almeida
Contato: (77) 99817-4704

Em contato com o representante Sr. Carlos, da Comunidade Lagoa do Peixe, o mesmo informou que a comunidade possui 45 famílias, onde a maioria recebe o benefício da Bolsa Família e outros são aposentados. A comunidade não possui escola. Os estudantes precisam ir para as Comunidades Cariacá e Lagoa das Piranhas. Para atendimento médico a comunidade também precisa ir para o posto de saúde de Lagoa Grande e para Bom Jesus da Lapa. A respeito do Saneamento Básico, o representante informou que possuem fossa séptica. O abastecimento de água é através de poço artesiano.

Na oportunidade, foi questionado sobre o lixo gerado na comunidade, e o Sr. Carlos informou que geralmente este é queimado ou jogado em terreno baldio. A atividade econômica desenvolvida pela comunidade apresentada foi agricultura, para a própria subsistência, e dependendo da safra, comercializa. Com relação à situação da terra, mencionou que está em processo de regularização fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Foi questionado também, se a comunidade faz uso da Rodovia BA-160 e se as obras de Recuperação e Manutenção – PREMAR 2 interferem na vida da comunidade. O representante explicou que utiliza a Rodovia BA-160 para ir a Bom Jesus da Lapa e para o município de Malhada e que as obras não irão interferir na vida da comunidade, entende como um benefício, justificando que não é uma nova rodovia, apenas recuperação.

Territórios Indígenas – AID (NÚCLEO B)

Município: Camamu - BA
Nome da Comunidade: Fazenda Bahiana (Etnia: Pataxó)
Rodovia: BA-001
Trecho: Nazaré - Valença - Ilhéus
Representante: Nicolás Santos
Contato: 73-98207-8078

Em contato com o representante Sr. Nicolás, da reserva indígena Fazenda Bahiana, o mesmo informou que a comunidade possui aproximadamente 100 habitantes e 25 famílias, onde a maioria recebe o benefício da Bolsa Família e outros são aposentados. A reserva possui uma Escola Municipal de ensino fundamental, para o ensino médio e superior precisam se deslocar para Camamu. Dispõe também, de um Posto de Saúde Indígena. Para atendimento

de média e alta complexidade os indígenas precisam se deslocar para Camamu ou Ilhéus - BA. A respeito do Saneamento Básico, o representante informou possuir fossa séptica e o abastecimento de água é através de “minador” e de um córrego que fica distante da reserva indígena.

Na oportunidade, foi questionado sobre o lixo gerado na comunidade, e o Sr. Nicolas informou que foi firmada uma parceria com o município, onde este é responsável para coletar os resíduos sólidos. As atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade apresentadas foi agricultura familiar (mandioca, cravo abacaxi entre outros) e também para comercialização na feira de Camamu. A situação da terra apresentou como regularizada e registrada em Cartório da União. Segundo dados do site da FUNAI a Situação da Terra é “Regularizada” e a Modalidade é “Tradicionalmente Ocupada”.

Foi questionado também, se os povos indígenas fazem uso da Rodovia BA-001 e se as Obras de Recuperação e Manutenção – PREMAR 2 irão interferir na vida da comunidade. O representante explicou que os indígenas fazem uso da Rodovia BA-001 para ir a Ilhéus e que as obras de recuperação não irão interferir na vida da comunidade, justificando que fica bastante distante da reserva indígena.

Município: Ibotirama - BA

Nome da Comunidade: Tuxá – Fazenda Aldeia Morrinhos. OBS: Na AISA e no site da FUNAI existe a indicação de que a Terra Indígena é intitulada como Ibotirama o que não foi confirmado pelo representante local da FUNAI.

Rodovia: BA-160

Trecho: Ibotirama - Paratinga - Lapa

Representante: Sr. Donizete

Contato: (77) 98846-1338

Em contato com o representante Sr. Donizete da Comunidade Tuxá Fazenda Aldeia Morrinhos, o mesmo informou que a comunidade possui 450 habitantes e 103 famílias, onde a maioria recebe o benefício da Bolsa Família e outros são aposentados. A Aldeia possui uma escola de ensino fundamental e um Posto de Saúde com atendimento odontológico e médico. A respeito do Saneamento Básico, o representante informou possuir fossa séptica e que utiliza água bruta do Rio São Francisco e também poço artesiano.

Na oportunidade, foi perguntado sobre o lixo gerado na comunidade, e o Sr. Donizete informou que é jogado em terreno baldio e que raramente o carro da Prefeitura faz a coleta. As atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade apresentadas foram, agricultura (batata, abóbora, melancia, hortaliça entre outros), pesca artesanal, para a própria subsistência e comercialização. Com relação à situação da terra, informou está regularizada e que adquiriu através da Companhia Hidrelétrica do São Francisco- CHESF. Segundo dados do site da FUNAI a Situação da Terra é “Regularizada” e a Modalidade é “Reserva Indígena”.

Foi questionado também se os indígenas fazem uso da Rodovia BA-160 e se as obras de Recuperação e Manutenção – PREMAR 2 irão interferir na vida da comunidade. O Sr. Donizete explicou que a comunidade raramente faz uso da

rodovia BA-160 e que as obras não irão interferir na vida da comunidade indígena.

Município: Sobradinho - BA

Nome da Comunidade: Truká (A beira da represa do Sobradinho)

Rodovia: BA-210

Trecho: Juazeiro – Sento Sé

Representante: Sr. Janatiel

Contato: (81) 99685-1589 (87) 99132-0907 (87) 99615-2065

Em contato com o Sr. Janatiel, representante dos Povos Truká, o mesmo informou que esses povos possuem 50 famílias, onde a maioria recebe o benefício da Bolsa Família, cesta básica, fornecida pela Companhia Nacional de Alimentação Brasileira - CONAB e outros são aposentados. Os estudantes precisam se deslocar para a Sede de Sobradinho. Na Aldeia possui um Posto de Saúde da Família com atendimento médico e odontológico. A respeito do Saneamento Básico, o representante informou que a comunidade utiliza água da Barragem Sobradinho e água tratada através de carro-pipa fornecida pela Prefeitura de Sobradinho.

Na oportunidade, foi perguntado sobre o lixo gerado na comunidade, e o Sr. Janatiel informou que geralmente é queimado. As atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade foram: pecuária e agricultura (milho, feijão, mandioca, melancia, cebola entre outros), visando à própria subsistência. A situação da terra apresentou como não regularizada.

Foi questionado também, se os indígenas fazem uso da Rodovia BA-210 e se as obras de Recuperação e Manutenção – PREMAR 2 irão interferir na vida da comunidade. O representante não soube informar.

10. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA

Secretário: Marcus Benício Foltz Cavalcanti

Endereço: Av. Luiz Viana Filho - Av. 4 CAB. Salvador - BA CEP: 41750-300

Equipe Técnica da Coordenação de Meio Ambiente – CMAM / SIT

- ✓ Niel Eferson Almeida Amorim – Biólogo, CRBio59.236/08 D –BA
- ✓ Jorge Fook Gan Fon Neto – Biólogo, CRBio36.806/08-D – BA
- ✓ Karine Queiroz Silva – Assistente Social, CRESS 4652-D

11. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FUNAI. Terras Indígenas. 2016. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acesso em: 6 de out. de 2016.

Secretaria de Infraestrutura, do Estado. Avaliação de Impacto Socioambiental – AISA, Bahia, 2015.

Brasil. Constituição (1988). Constituição da república Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 11 de out. de 2016.

Brasil. Portaria Interministerial n. 60, de 24 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteúdo/cglic/pdf/PORTARIA%20INTERMINISTERIAL%20No%2060.pdf>>. Acesso em: 13 de out. 2016.

FUNAI. Instrução Normativa n. 2, de 27 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteúdo/cglic/pdf/IN%2002-30%20de%20marco%20de%202015-%20Licenciamento%20Ambiental.pdf>>. Acesso em 10 de out. de 2016.

Brasil. Decreto de 13 de março de 2014. Declara de Interesse Social, para fins de desapropriação o imóvel rural que menciona, destinados a assentar famílias da comunidade indígena Tuxá de Rodelas, no município de Rodelas, Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2011-2014/Dsn/Dsn13866.htm>> Acesso em 10 de out. de 2016.

12. ANEXOS

12.1 ATA DA CONSULTA – POVO TUXÁ

ATA DE REUNIÃO

COMUNIDADE INDÍGENA DO POVO TUXÁ/ALDEIA/MÃE

Aos dias 27 (vinte sete) de Setembro de 2016 (Dois mil e dezesseis) às 09:25 na Coordenação Técnica Local, na Aldeia Tuxá/Mãe no município de Rodelas/BA, reuniram-se Rosineide Vieira Cruz (Coordenadora Técnica Local de Rodelas), Manoel Eduardo Cruz, (cacique) Dulcineide da Conceição Brune de Oliveira (liderança) Lindimar Zulmira Cruz, Antonia Cruz do Amaral (servidora da FUNAI) e demais membros da comunidade. O Sr. Niel Almeida Amorim, se apresenta que, veio em nome da Secretaria de Infraestruturas do Estado da Bahia, são servidores da SIT-Superintendência de Infraestruturas de Transportes da Bahia. Os senhores Niel Almeida Amorim e Jorge Fook Gam Fon Neto, são Biólogo coordenadores do meio ambiente, iniciou a reunião expondo sobre o Programa de Recuperação e manutenção das rodovias BA 210 de Paulo Afonso até Sento Sé/ BA,, BA-116 fica localizada no Ibó, sendo que a manutenção da rodovia é durante seis meses. Com a recuperação das rodovias O Banco Mundial tem como objetivo de sinalizar e implantar defesos nas estradas envolvendo Paulo Afonso e Sento Sé BA, onde vai melhorar a acessibilidade para os moradores Ribeirinho não só para população Indígena.como de modo geral. (Liderança) Dulcineide da Conceição Brune Oliveira, fala dos beneficio que irá trazer, para os moradores de Rodelas e cidades vizinhas que tem acesso a BA- 210, ela fala de antes levaria duas hora e meia de Rodelas á Paulo Afonso, com a recuperação da rodovia levaremos uma hora, uma hora e meia depende do motorista. Manoel Eduardo Cruz, (cacique) que, sempre estar presente em todas as reuniões da comunidade, Dito se for para melhoria de nossa comunidade que sejam bem vindos , que nada is a tratar a coordenadora deu-se por encerrada a presente reunião e manda que lavrasse a ata que lida e achada vai assinadas pelos presentes.

Cacique - João Batista dos Santos
Mãe Consultadora Cruz dos Santos
Sandro Comanoel Cruz dos Santos
Aldemara Vieira Almeida
Taira Vieira Almeida
Otávio Vieira de Almeida

1. Lucinda Ruyter Costa
2. Marina Adelaide dos Santos
3. Alma Maria da Silva
4. Priscylla dos Santos
5. Guilherme Pompeu Cruz
6. Márcia dos S. Silva Thales
7. Janaina da Conceição Silva
8. Analíia dos Santos
9. Márcia da Silva Mendes
10. Antônio Marcos Alves da Silva
11. Marcelo Gomes dos Santos (Carique)
12. Dulcinéia de C. Brasil Almeida (Bidermeça)
13. Renata Cristina Campa Jativa
14. Dulcinéia de C. Brasil Almeida (Técnicia Brasileira Rodiles)
15. Alaine dos Santos Campos
16. Henrieta Micaely Gomes dos Santos
17. Priscylla Gomes dos Santos
18. Leandro Silva dos Santos
19. Eduardo Cruz Araújo
20. Georgina Maria dos Santos
21. Luiziana Padilha dos Santos
22. Antônia Cruz do Amaral
23. Maria Dalva dos Santos Cruz
24. Nil Evaristo Almeida Amorim
25. Jorge Foa Bon Bon N.50
26. _____
27. _____

12.2 ATA DA CONSULTA – POVO TUMBALALÁ (ALDEIA MISSÃO VELHA)



Superintendência de Infraestrutura de Transportes da Bahia – SIT DPPE - Diretoria de Projetos e Programas Especiais

Data: 28/09/2016 **Local:** Povo Indígena Tumbalalá – Comunidade Missão Velha, Abaré, BA

Horário: 10h36 min **Responsável pela convocação:** SEINFRA / SIT

Participantes: Niel Eferson Amorim
Jorge Fook Gan Fon Neto
Agnelo Antônio de Jesus – Representante da FUNAI
Representantes do Povo Indígena Tumbalalá – Comunidade Missão Velha

Pauta: Consulta Documentada

Ata da Consulta Documentada

Em 28 de setembro de 2016, às 10h36min, reuniram-se na Escola Municipal Indígena São Sebastião do Povo Indígena Tumbalalá, Comunidade Missão Velha / Abaré, BA, os técnicos da Coordenação de Meio Ambiente da Superintendência de Transportes da Bahia, Niel Eferson Amorim e Jorge Fook Gan Fon Neto, os representantes da Comunidade Missão Velha. A reunião iniciou com o Cacique Miguel falando da necessidade de melhorar o acesso à comunidade, uma reivindicação antiga da comunidade, conforme cópia de ofício encaminhado à SEINFRA em 2013. Em seguida, o técnico Niel Amorim fez a apresentação do Programa de Recuperação e Manutenção de Rodovias – PREMAR II, explicando seus objetivos e componentes e que o Programa tem financiamento do Banco Mundial e Banco Europeu, sendo apresentado o Mapa da Bahia com os trechos contemplados pelo Programa, destacando o Trecho da Rodovia BA 210 de Paulo Afonso até Juazeiro e a previsão para começar as obras no início de 2017. Durante a reunião, o Cacique Miguel relatou da importância da execução dos serviços e da necessidade de melhorias dos acessos da comunidade a Rodovia BA 210, informando até que no período de chuva a comunidade fica isolada, devido as péssimas condições dos acessos existentes. A equipe perguntou aos representantes da Comunidade Indígena Tumbalalá – Missão Velha qual a relação da Comunidade com a rodovia BA 210, sendo relatado que o principal uso da rodovia era para ter acesso aos serviços de saúde nos municípios de Abaré e Curaçá. Com relação à atividade econômica foi citada a produção agrícola, entretanto a comunidade não utiliza a rodovia BA 210 para o escoamento da produção devido à precariedade da rodovia, utilizando a BR 116 até Cabrobó – PE, por estar em melhores condições. Benedito, Presidente da Associação, ressaltou a importância dessa consulta documentada, além de conhecer o Programa PREMAR II a possibilidade de levar para o Governo do Estado às necessidades da comunidade. O Cacique Miguel solicitou uma cópia da Ata, sendo informado que assim que fosse encaminhado à FUNAI uma cópia lhe seria entregue. Por fim, o técnico Niel Amorim perguntou da existência de alguma dúvida, agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai ser assinada por mim, Jorge Fook Gan Fon Neto, pelo técnico

Superintendência de Infraestrutura de Transportes da Bahia – SIT
DPPE - Diretoria de Projetos e Programas Especiais

Niel Amorim, pelo representante da FUNAI, Agnelo de Jesus e pelo Cacique Miguel Marculino Barbalho.

Contatos:
Niel Amorim: (71) 3115-2215
Jorge Fon: (71) 3115-2215

Agnelo Antonio de Jesus

COMISSÃO SÃO FRANCISCO - FUNAI
Agnelo Antônio de Jesus
Agente Administrativo
Mat. 004554913

Niel Emerson Amorim

Jorge Fon
CAD. 47.559.107-0

Niel Emerson Almeida Amorim
Biólogo
Comissão de Controle Ambiental DPPE

12.3 ATA DE REUNIÃO – POVO TUMBALALÁ (ALDEIA PAMBU)



Superintendência de Infraestrutura de Transportes da Bahia – SIT DPPE - Diretoria de Projetos e Programas Especiais

Data: 28/09/2016

Local: Povo Indígena Tumbalalá – Comunidade
Pambu, Abaré, BA

Horário: 11h54 min

Responsável pela convocação: SEINFRA / SIT

Participantes: Niel Eferson Amorim

Jorge Fook Gan Fon Neto

Agnelo Antônio de Jesus – Representante da FUNAI

Maria Leidiane Marinheiro da Silva - Representante do Povo Indígena Tumbalalá – Comunidade
Pambu

Pauta: Reunião Documentada

Ata da Reunião Documentada

Em 28 de setembro de 2016, às 11h54min, reuniram-se na Escola Municipal Indígena Santo Antônio do Pambu, no Povo Indígena Tumbalalá, Comunidade Pambu / Abaré, BA, os técnicos da Coordenação de Meio Ambiente da Superintendência de Transportes da Bahia, Niel Eferson Amorim e Jorge Fook Gan Fon Neto, o Sr. Agnelo de Jesus e a Sra. Maria Leidiane Marinheiro da Silva Diretora da escola (Filha do Cacique e atual Prefeito de Abaré). A reunião teve início com o técnico Niel Amorim apresentando o Programa de Recuperação e Manutenção de Rodovias – PREMAR II, explicando seus objetivos e componentes e que o Programa tem financiamento do Banco Mundial e Banco Europeu. Em seguida, foi apresentado o Mapa da Bahia com os trechos contemplados pelo Programa, destacando o Trecho da Rodovia BA 210 de Paulo Afonso até Juazeiro e a previsão para começar as obras no início de 2017. Durante a reunião, a representante da Comunidade Pambu informou que houve um impacto grande quando a rodovia foi implantada, pois a rodovia BA 210 atravessa o Território Indígena Tumbalalá, entretanto, o técnico Niel Amorim ressaltou a tipologia dos serviços que serão executados, na rodovia existente e que os impactos previstos durante a realização dos serviços de recuperação e manutenção da rodovia seriam mínimos. Leidiane afirmou que desse caso, não seriam gerados impactos para a comunidade, devido a distância da Comunidade a rodovia. O técnico Niel Amorim perguntou à representante da Comunidade Indígena Tumbalalá – Pambu qual a relação da Comunidade com a rodovia BA 210, sendo relatado que o principal uso da rodovia era para ter acesso aos serviços de saúde nos municípios de Abaré e Curaçá. Foi relatado por Leidiane, que a população da comunidade utiliza com mais frequência o trecho da rodovia no sentido da cidade de Abaré e que o trecho entre os municípios de Abaré – Curaçá encontra-se bastante precário. Leidiane informou também que o Povo Tumbalalá está na região desde a época da colonização e que atualmente existem aproximadamente mais de 1000 famílias distribuídas em várias comunidades. Com relação à Comunidade Pambu, foi relatado que esta possui aproximadamente 200 famílias. Após a reunião foi entregue e respondido o questionário por Leidiane. Por fim, o técnico Niel Amorim perguntou da existência de alguma dúvida, agradeceu pela

Superintendência de Infraestrutura de Transportes da Bahia – SIT
DPPE - Diretoria de Projetos e Programas Especiais

atenção. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai ser assinada por mim, Jorge Fook Gan Fon Neto, pelo técnico Niel Amorim, pelo representante da FUNAI, Agnelo de Jesus e por Maria Leidiane Marinheiro da Silva.

Contatos:

Niel Amorim: (71) 3115-2215

Jorge Fon: (71) 3115-2215




CP - BAIXO SÃO FRANCISCO - FUNAI
Agnelo Antonio de Jesus
Agente Administrativo
Mat. 004554913

Jorge Fook Gan Fon Neto
CAD. 47.559.107-0



Niel Ezequiel Almeida AMORIM
Biólogo
Função de

12.4 LISTA DE PRESENÇA DA CONSULTA COM O POVO TUXÁ

 <p>SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA BAHIA GOVERNO DO ESTADO</p>		<p>FORMULÁRIO</p> <p>LISTA DE PRESENÇA</p>		<p>Página 1 de 5</p>
<p>PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS – PREMAR II Consulta Documentada – Comunidade Indígena Tuxá</p>			<p>DATA: 27/09/2016</p>	
<p>Equipe Técnica: Niel Eferson de Almeida Amorim / Jorge Fook Gan Fon Neto</p>			<p>HORÁRIO: 09h às 15h</p>	
			<p>LOCAL: Centro de Segurança Local - CCL - Povoado</p>	
			<p>ASS: <i>[Assinatura]</i></p>	
N.º	NOME DO PARTICIPANTE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
1.	<i>Alma Maria da Silva</i>			
2.	<i>Leandineza Luliana Cruz Ramos</i>			
3.	<i>Leidianeide dos Santos</i>			
4.	<i>Viviana Vey da e Silva Tuxá</i>			
5.	<i>Eraldia dos Santos</i>			
6.	<i>Yamaina da Conceição Silva</i>			
7.	<i>Alaine dos Santos Campos</i>			
8.	<i>Chidimar Lopes da Costa</i>			
9.	<i>Maricacete dos Santos</i>			
10.	<i>Antonio Honorato da Silva</i>			
11.	<i>Alcivaldo Teodoro da Silva</i>			
12.	<i>Maílson da Silva Almeida</i>			
13.	<i>Emelinda Aguiar de Azeite</i>			
14.	<i>Priscilla Jéssica Aguiar</i>			
15.	<i>Cemica Emília Campos Jéssica</i>			
16.				

12.5 LISTA DE PRESENÇA DA CONSULTA COM O POVO TUMBALALÁ (ALDEIA MISSÃO VELHA)

SECRETARIA DE MUNICIPALIDADE				BAHIA GOVERNO DO ESTADO		FORMULÁRIO	
				LISTA DE PRESENÇA		Página 1 de 5	
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS - PREMAR II						DATA: 28/09/2016	
Consulta Documentada - Comunidade Indígena Tumbalalá						HORÁRIO: 10h 30min	
Equipe Técnica: Niel Eiferson de Almeida Amorim / Jorge Fook Gan Fon Neto						LOCAL: Escola Municipal Indígena CAC Sapereté	
						ASS: Jorge Fook	
N.º	NOME DO PARTICIPANTE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA			
1.	Mirneli Alice Colino	87999387356	mirneliacolin@gmail.com				
2.	Gaiamido Medeiros Botelho	87999387356					
3.	Nair Maria Gompaga	8791033006	nairmariagompaga@hotmail.com				
4.	Evangelho Jara Gompaga	8791033006					
5.	Mônica Silvio Sombra Xavier	8791033006					
6.	Isacaldo Manuêno Botelho	8791033006					
7.	Yolival Romarundo Iny dos Santos						
8.	Silvia Digeno de Barreto						
9.	Stephanie Wem Prun. de Vaz						
10.	Aliciane Maria Barbosa	914818149					
11.	Roberto Maria Barbosa						
12.	Silvia Antônia Botelho						
13.	Marcílio Antunes Botelho						
14.	Francisca do Aldeante						
15.	Francisca do Aldeante	979000000					
16.	Marcia Anderson Botelho	979999999	ASSIN. A. INDIGENAS TUMBALALA				

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS – PREMAR II
Consulta Documentada – Comunidade Indígena Tumbalata

DATA: 28/09/2016

HORÁRIO: 10h30min


LOCAL: Escola Municipal Indígena São Sebastião

Equipe Técnica: Niel Eferson de Almeida Amorim / Jorge Fook Gan Fon Neto

ASS: *Jorge Fook*

N.º	NOME DO PARTICIPANTE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
17.	<i>Liana Alana de Silva</i>			
18.	<i>Priscila Martins Bardele</i>			
19.	<i>Thelma de Jesus</i>			
20.	<i>Thelma de Jesus Bardele</i>			
21.	<i>ci cete Pedre da Santos</i>			
22.	<i>AGUIEL AMORIM DE JESUS</i>	<i>75</i>	<i>AGUIEL@GMAIL.COM</i>	<i>JA</i> - FUNDI
23.				
24.				
25.				
26.				
27.				
28.				
29.				
30.				
31.				

12.6 LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO COM O POVO TUMBALALÁ (ALDEIA PAMBU)

		FORMULÁRIO LISTA DE PRESENÇA		Página 1 de 5
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS – PREMAR II Consulta Documentada – Comunidade Indígena Tumbalalá		DATA: 28/09/2016 HORÁRIO: 14h LOCAL: Escola Municipal São Francisco de Pambu ASS: <i>Jorge Fook</i>		
Equipe Técnica: Niel Eferson de Almeida Amorim / Jorge Fook Gan Fon Neto				
N.º	NOME DO PARTICIPANTE	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
1.	<i>Marcia Leiliane Maranhão de Sousa</i>	<i>99144418</i>	<i>leitumbalala@hotmail.com</i>	<i>Marcia Maranhão de Sousa</i>
2.	<i>Niel Eferson A. Amorim</i>			<i>NEA</i>
3.	<i>AGNÉTE ANTONIO DE JESUS</i>	<i>87 9995986</i>	<i>AGFNL@GMAIL.COM</i>	<i>AG - FUM A</i>
4.	<i>Jorge Fook Gan Fon Neto</i>			<i>Jorge Fook Gan Fon Neto</i>
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
10.				
11.				
12.				
13.				
14.				
15.				
16.				

12.7 QUESTIONÁRIO APLICADO AO POVO TUXÁ

Ficha de Avaliação Social – PREMAR II				
Rodovia BA - 210				
1. Qual a comunidade existente na faixa de domínio da Rodovia BA - 210 (Do entroncamento da BR 110 até Juazeiro)?				
<input checked="" type="checkbox"/> Indígena	<input type="checkbox"/> Quilombola			
Nome da Comunidade: <u>Comunidade Indígena do Povo Tuxá Aldia Mãe</u>				
Nome do Cacique ou Representante: <u>Manoel Eduardo Cruz</u>				
Residência: <u>Quilombada Local de Avelas</u>				
2. Faixa Etária da Comunidade.				
<input checked="" type="checkbox"/> 0 a 12	<input checked="" type="checkbox"/> 12 a 18	<input checked="" type="checkbox"/> 18 a 40	<input checked="" type="checkbox"/> 40 a 70	<input checked="" type="checkbox"/> 70 a 100
Quant. <u>156</u>	Quant. <u>76</u>	Quant. <u>284</u>	Quant. <u>211</u>	Quant. <u>71</u>
3. Número de habitantes ou número de famílias dessa Comunidade?				
<u>População Indígena 2.514</u> <u>Número de Famílias 516</u>				
4. Comunidade desenvolve alguma atividade econômica? Qual? Por quê?				
<u>Sim, produtores de cacá, artesanatos, tabaco artesanal, pesca artesanal</u>				
5. A comunidade faz uso da Rodovia BA - 210? De que forma?				
<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não			
<u>Para realizar pagamentos funcionários Estadual e Federal</u> <u>Exames de Rotina</u>				
6. Tempo que a Comunidade reside e a razão pelo qual se encontra na faixa de domínio?				
<u>Residem há 28 anos na Nova Cidade de Avelas</u>				
7. Quais os impactos positivos antes, durante e depois das Obras de Recuperação e Manutenção da Rodovia?				
<u>Antes de Avelas a Paulo Afonso / a Luiza e milia e aqui o melhoramento passamos a ter melhor e milia.</u>				
8. Qual a situação da terra?				
<input type="checkbox"/> Regularizada	<input checked="" type="checkbox"/> Não regularizada			
<u>A terra não regularizada.</u>				
9. Quais os impactos negativos antes, durante e depois das Obras de Recuperação e Manutenção da Rodovia?				

10. As Obras de Recuperação e Manutenção da Rodovia interferem na vida da comunidade?

Sim

11. Observações:

Com a implantação da linha aérea, foram deslocados para a localidade de São João, algumas famílias, muitas vezes, com características muito distintas.
As casas foram construídas pelo CESP, em 3 unidades.
Pratificação
Drogas
2 candidatas a Vereadoras, 1 mulher e 1 homem

12.8 QUESTIONÁRIO APLICADO AO POVO TUMBALALÁ (ALDEIA MISSÃO VELHA)

Ficha de Avaliação Social – PREMAR II	
Rodovia BA - 210	
1. Qual a comunidade existente na faixa de domínio da Rodovia BA - 210 (Do entroncamento da BR 110 até Juazeiro)?	
<input checked="" type="checkbox"/> Indígena () Quilomboia Nome da Comunidade: <u>Tumbalalá</u> Nome do Cacique ou Representante: <u>Miguel Marcelino Barbalho</u>	
2. Faixa Etária da Comunidade.	
() 0 a 12 _____ Quant. (X) 12 a 18 _____ Quant. (X) 18 a 40 _____ Quant. () 40 a 70 _____ Quant. () 70 a 100 _____ Quant.	
3. Número de habitantes ou número de famílias dessa Comunidade?	
<u>Em torno de 700 famílias</u>	
4. Comunidade desenvolve alguma atividade econômica? Qual? Por quê?	
<u>Agricultura, pecuária, agropecuária.</u>	
5. A comunidade faz uso da Rodovia BA - 210? De que forma?	
<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não <u>Encrocamento da agricultura, acesso a cidade de Euazeira, transportar pessoas com problemas de saúde.</u>	
6. Tempo que a Comunidade reside e a razão pelo qual se encontra na faixa de domínio?	
<u>Desde sempre, nossos antepassados já se encontravam nesta faixa de domínio.</u>	
7. Quais os impactos positivos antes, durante e depois das Obras de Recuperação e Manutenção da Rodovia?	
<u>O acesso a cidade.</u>	
8. Qual a situação da terra?	
<input checked="" type="checkbox"/> Regularizada () Não regularizada <u>Falta a desintrusão dos não índios.</u>	
9. Quais os impactos negativos antes, durante e depois das Obras de Recuperação e Manutenção da Rodovia?	
<u>Impacto negativo antes é a dificuldade de acesso.</u>	

10. As Obras de Recuperação e Manutenção da Rodovia interferem na vida da comunidade?

Só traz melhorias para nossa comunidade.

11. Observações:

Precisamos urgentemente que o governo nos atenda com as estradas de acesso a rodovia 240.

700 famílias território Tumbalala
na Missão Velha em torno de 360 famílias.

RESPONSÁVEL: Cacique Miguel Marcelino Barbalho.

Contato: (87) 9 99387356 (Tim)
(87) 9 91422933 (Claro)

E-mail: ~~Barbalho~~miquelcacike@gmail.com

12.9 QUESTIONÁRIO APLICADO AO POVO TUMBALALÁ (ALDEIA PAMBU)

Ficha de Avaliação Social – PREMAR II	
Rodovia BA - 210	
1. Qual a comunidade existente na faixa de domínio da Rodovia BA - 210 (Do entroncamento da BR 110 até Juazeiro)?	
<input checked="" type="checkbox"/> Indígena () Quilombola Nome da Comunidade: <u>Pambu - povo tumbalala</u>	
Nome do Cacique ou Representante: <u>Maria Leidiane Maranhão da Silva, professora e filha do Cacique.</u>	
2. Faixa Etária da Comunidade.	
<input checked="" type="checkbox"/> 0 a 12 Quant. <input checked="" type="checkbox"/> 12 a 18 Quant. <input checked="" type="checkbox"/> 18 a 40 Quant. <input checked="" type="checkbox"/> 40 a 70 Quant. () 70 a 100 Quant.	
3. Número de habitantes ou número de famílias dessa Comunidade?	
<u>Uma 200 famílias</u>	
4. Comunidade desenvolve alguma atividade econômica? Qual? Por quê?	
<u>Sim - Agricultura, pesca, artesanato e alguns serviços públicos (professores, técnicos de enfermagem etc). Essas atividades é um meio de sobrevivência tumbalala.</u>	
5. A comunidade faz uso da Rodovia BA - 210? De que forma?	
<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não <u>Alguns precisam deslocar-se para cidade de Vitória para cuidar da saúde (hospital) outros vão a feira e outros trabalham nas cidades vizinhas (Albano e Eunápolis).</u>	
6. Tempo que a Comunidade reside e a razão pelo qual se encontra na faixa de domínio?	
<u>Bem antes do processo de colonização.</u>	
7. Quais os impactos positivos antes, durante e depois das Obras de Recuperação e Manutenção da Rodovia?	
<u>O acesso às cidades facilitou o desenvolvimento.</u>	
8. Qual a situação da terra?	
<input type="checkbox"/> Regularizada <input checked="" type="checkbox"/> Não regularizada <u>Obs: a terra está delimitada e em processo de demarcação.</u>	
9. Quais os impactos negativos antes, durante e depois das Obras de Recuperação e Manutenção da Rodovia?	
<u>Com o acesso também veio alguns impactos negativos: pessoas estranhas que entram em nosso território e o desmatamento de algumas plantas nativas.</u>	

12.10 OFÍCIO Nº 478/2015 SEINFRA / FUNAI




GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria de Infraestrutura


Salvador, 14 de abril de 2015.
Of. GASEC nº 478/2015.

Senhor Presidente,

Solicito a V.Sa. a anuência dessa Fundação para as obras do Programa de Recuperação e Manutenção de Rodovias - PREMAR 2, que envolve a **Recuperação de trechos rodoviários; a implantação, recuperação e restauração de pontes em estradas vicinais; a implantação de bueiros e passagens molhadas**, apresentadas no Memorial anexo, com a finalidade de cumprir com as condições necessárias para contratar financiamentos com o Banco Mundial e o Banco Europeu de Investimento – BEI.

Atenciosamente,


MARCUS CAVALCANTI
Secretário

Via Correios *Aedex*
Em 14/04/15
Luciana Lima


A Sua Senhoria o Senhor
FLÁVIO CHIARELLI VICENTE DE AZEVEDO
Presidente
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Brasília-DF